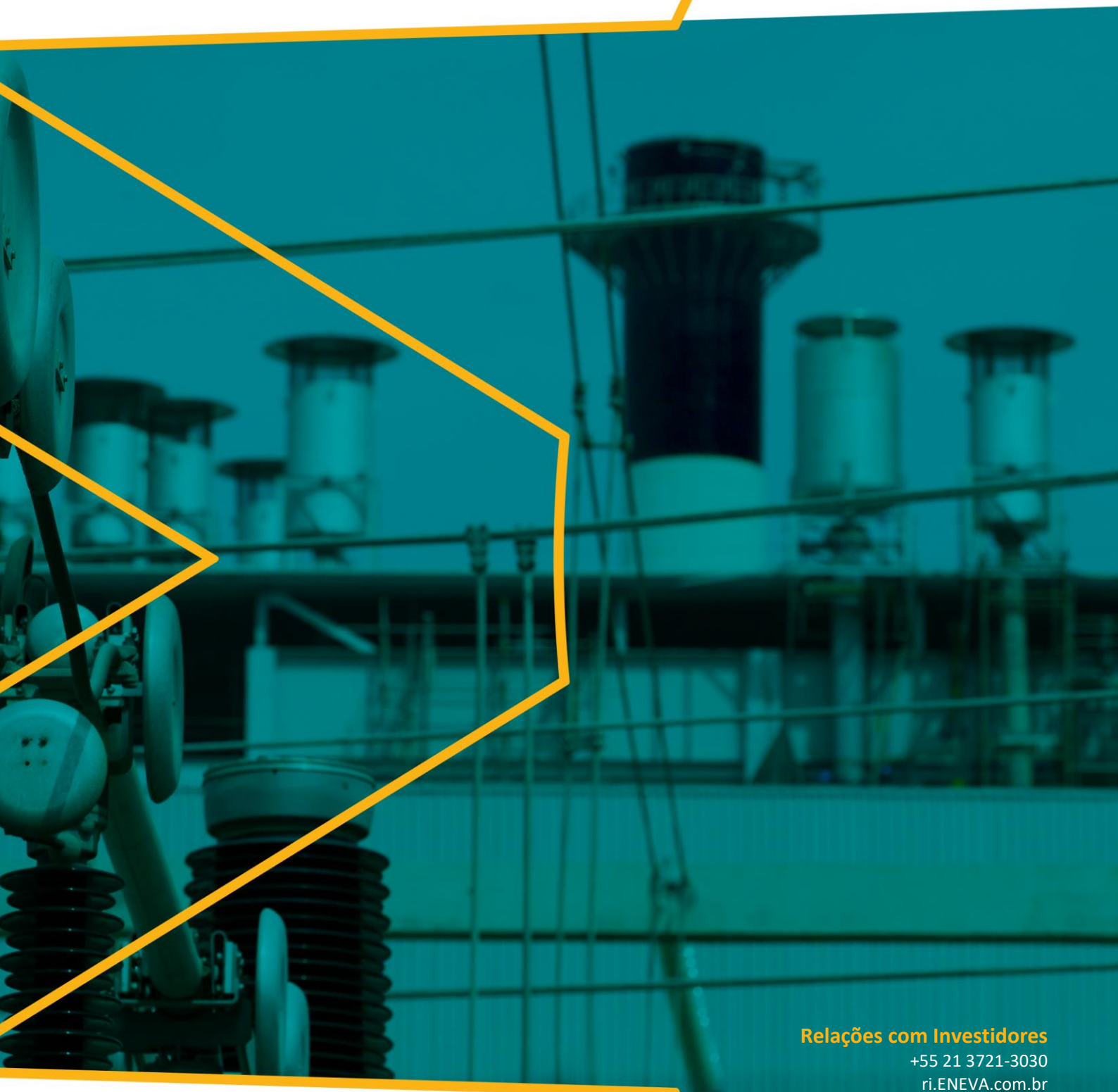


DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

3T21



Relações com Investidores

+55 21 3721-3030

ri.ENEVA.com.br

Teleconferência de Resultados do 3T21



Sexta-Feira, 5 de novembro de 2021

11h00 (Horário de Brasília) / 10h00 (US ET)

[Clique aqui](#) para se inscrever na teleconferência



IBOVESPA B3

ENEVA Divulga Resultados do Terceiro Trimestre de 2021

EBITDA ajustado de R\$ 573 milhões, um crescimento de 99% q.o.q, impulsionado pelo alto despacho das usinas e ampliação das margens variáveis.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021 - ENEVA S.A. (B3: ENEV3), empresa integrada de energia, com negócios complementares em geração de energia elétrica e exploração e produção de hidrocarbonetos no Brasil, divulga hoje os resultados do terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (3T21). As informações a seguir são apresentadas de forma consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto onde especificado em contrário.

Destaques

- Agravamento do cenário hidrológico associado ao crescimento do consumo de energia reforçam a necessidade crescente de fontes despacháveis na matriz elétrica para a garantia de suprimento;
- EBITDA ajustado atingiu R\$ 573 milhões com crescimento de 99% em relação ao 3T20, em função do despacho elevado no segmento de geração e das margens variáveis positivas das usinas. Os CVUs das usinas a carvão e da UTE Parnaíba I foram positivamente impactados pelos aumentos dos indexadores de combustíveis no período, impulsionando as margens;
- Lucro líquido totalizou R\$ 363 milhões, um crescimento de 553% em relação ao 3T20, impactado por um melhor resultado operacional e financeiro;
- Posição de caixa e equivalentes de R\$ 2,0 bilhões no final do trimestre e alavancagem (dívida líquida/EBITDA últimos 12 meses) de 3,0x;
- Desembolsos de financiamento totalizaram R\$ 244 milhões, referentes aos contratos junto ao BASA e BNB, para a implantação do Projeto Azulão-Jaguatirica e da UTE Parnaíba V, com início de operação comercial previstos para o 4T21 e 1S22, respectivamente;
- Aumento de 8% no volume de reservas de gás (2P) do Campo de Azulão, além da certificação de recursos contingentes na área de Juruá (20,85 bilhões de m³ - P50) e em outras acumulações de gás e óleo nos blocos da Bacia do Amazonas (total de 5,84 bilhões de m³ de gás e 4,23 milhões de barris de óleo, ambos P50), conforme divulgado no Relatório de Certificação de Reservas e Recursos Contingentes referente a 30 de junho de 2021.

Principais Indicadores	(R\$ milhões)					
	3T21	3T20	%	9M21	9M20	%
Receita Operacional Líquida	1.528,1	562,0	171,9%	3.442,0	2.019,8	70,4%
EBITDA ICVM 527/12	547,4	277,2	97,5%	1.358,2	992,9	36,8%
EBITDA excluindo poços secos ¹	572,7	288,3	98,6%	1.396,6	1.002,2	39,4%
Margem EBITDA ex poços secos	37,5%	51,3%	-13,8 p.p.	40,6%	49,6%	-9,0 p.p.
Resultado Líquido	362,6	55,6	552,7%	683,9	321,1	113,0%
Investimentos	498,6	407,4	22,4%	1.359,3	1.642,4	-17,2%
Fluxo de Caixa Operacional	430,7	270,9	59,0%	981,3	1.027,3	-4,5%
Dívida Líquida (R\$ Bilhões)	5,9	4,8	23,5%	5,9	4,8	23,5%
Dívida Líquida/EBITDA ult. 12m ²	3,0	3,1	-4,6%	3,0	3,1	-4,6%

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos.

² Calculada considerando o EBITDA acumulado conforme orientações da ICVM 527/12 dos últimos 12 meses.

Desempenho Operacional

Dados operacionais		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	9M21	9M20
Itaquí	Disponibilidade (%)	86%	77%	24%	94%	100%	63%	98%
	Despacho (%)	99%	49%	25%	94%	0%	58%	18%
	Geração Líquida (GWh)	606	308	165	640	0	1.079	367
	Geração Bruta (GWh)	683	349	187	700	0	1.220	415
	Geração para ACR (%)	100,0%	98,5%	99,7%	98,7%	-	99,5%	99,4%
	Geração para ACL (%)	0,0%	1,5%	0,3%	1,3%	-	0,5%	0,6%
Pecém II	Disponibilidade (%)	94%	100%	99%	96%	100%	98%	99%
	Despacho (%)	97%	42%	54%	84%	0%	65%	17%
	Geração Líquida (GWh)	652	299	371	582	0	1.321	337
	Geração Bruta (GWh)	731	335	416	634	0	1.482	379
	Geração para ACR (%)	100,0%	100,0%	99,9%	98,8%	-	100,0%	99,5%
	Geração para ACL (%)	0,0%	0,0%	0,1%	1,2%	-	0,0%	0,5%
Parnaíba I	Disponibilidade (%)	96%	89%	98%	93%	87%	95%	91%
	Despacho (%)	99%	59%	60%	94%	2%	73%	21%
	Geração Líquida (GWh)	1.368	807	807	1.254	23	2.981	833
	Geração Bruta (GWh)	1.412	839	838	1.304	24	3.089	862
	Geração para ACR (%)	77,2%	77,0%	77,0%	75,8%	0,0%	77,1%	74,4%
	Geração para ACL (%)	22,8%	23,0%	23,0%	24,2%	100,0%	22,9%	25,6%
Parnaíba II	Disponibilidade (%)	84%	75%	39%	94%	93%	66%	95%
	Despacho (%)	93%	79%	86%	98%	97%	86%	64%
	Geração Líquida (GWh)	913	653	409	1.005	974	1.975	1.957
	Geração Bruta (GWh)	958	689	431	1.068	1.033	2.078	2.068
	Geração para ACR (%)	100,0%	100,0%	96,5%	98,7%	99,8%	99,3%	96,7%
	Geração para ACL (%)	0,0%	0,0%	3,5%	1,3%	0,2%	0,7%	3,3%
Parnaíba III	Disponibilidade (%)	97%	95%	99%	97%	100%	97%	98%
	Despacho (%)	99%	48%	51%	65%	0%	66%	12%
	Geração Líquida (GWh)	363	175	186	240	0	724	125
	Geração Bruta (GWh)	377	181	192	248	0	751	129
	Geração para ACR (%)	82,3%	82,2%	81,6%	59,6%	-	82,1%	75,2%
	Geração para ACL (%)	17,7%	17,8%	18,4%	40,4%	-	17,9%	24,8%
Parnaíba IV	Disponibilidade (%)	97%	69%	66%	92%	99%	78%	99%
	Despacho (%)	99%	54%	44%	97%	6%	66%	17%
	Geração Líquida (GWh)	113	55	48	104	7	215	55
	Geração Bruta (GWh)	118	58	50	113	7	225	58
	Geração para ACR (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Geração para ACL (%)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Upstream	Bacia do Parnaíba							
	Despacho UTG (%)	93%	57%	51%	86%	26%	67%	30%
	Produção (Bi m ³)	0,72	0,43	0,39	0,66	0,20	1,54	0,69
	Reservas remanescentes (Bi m ³)	24,4	25,2	25,6	26,0	23,4	24,4	23,4

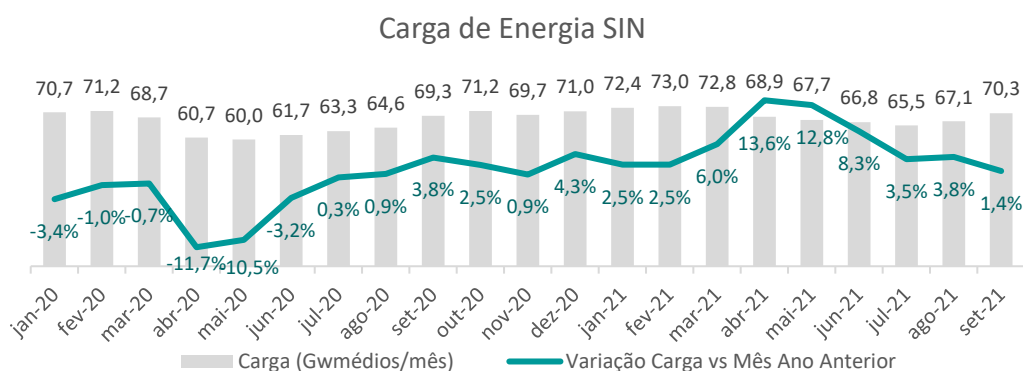
Obs: Dados de geração do trimestre atual das usinas referem-se às provisões feitas com base em medições realizadas internamente, que posteriormente são apuradas e divulgadas pela CCEE.

Geração de Energia

Contexto Setorial: Agravamento do cenário hidrológico e redução do nível de armazenagem dos reservatórios exigem aumento do despacho termelétrico

O consumo de energia elétrica no país manteve a trajetória de crescimento na comparação anual, com a recuperação da atividade econômica após a retração ocorrida no 1S20. Grandes empresas e consumidores industriais, participantes do ambiente de contratação livre, têm sido os principais responsáveis pelo aumento de demanda por energia.

Consumo de Energia – SIN (Sistema Interligado Nacional) ¹
GWh médios/mês e Variação Anual (%)

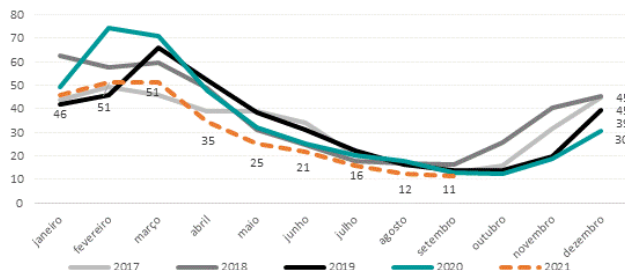


Desde o 4T20, vem se desenhando um cenário hidrológico adverso no país, marcado pela escassez de chuvas, prejudicando a formação de Energia Natural Afluente (ENA). O quadro se deteriorou ainda mais no 3T21 e o trimestre registrou as piores sequências históricas de ENA dos últimos 90 anos no subsistema Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO) para os meses de julho, agosto e setembro.

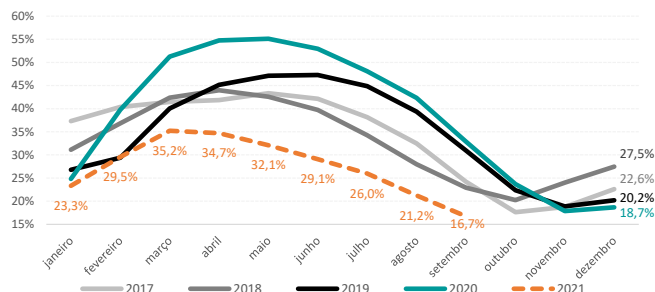
Como resultado da combinação da redução da ENA e da demanda crescente, os reservatórios não conseguiram se recuperar e os volumes de Energia Armazenada (EARM) seguiram em queda para níveis cada vez mais críticos, mesmo com a significativa geração termelétrica e eólica no trimestre. Desta forma, ao final de setembro de 2021, os reservatórios do subsistema SE/CO, que contribuem com mais de 50% do volume armazenável de água do Brasil, apresentavam volume de energia armazenada de apenas 17% (EARM%). Vale destacar que este foi o menor patamar observado em um mês de setembro desde o início da série histórica disponibilizada, em 2000, sendo ainda o segundo menor patamar de reservatório para um mês, atrás apenas do nível registrado nos reservatórios em novembro de 2014.

¹ Fonte: Dados históricos até jul/21 disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx - Acesso em 19/10/2021. Para os meses de ago/21 e set/21, informações extraídas da “Apresentação InfoPLD - Outubro de 2021” disponibilizada no site da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em: https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/o-que-fazemos/infomercado?_adf.ctrl-state=he3oir8gs_5&_afLoop=148871585898080#! – acesso em 25/10/2021.

ENA Bruta Histórica (GWmédios/mês):
Subsistema Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO)²

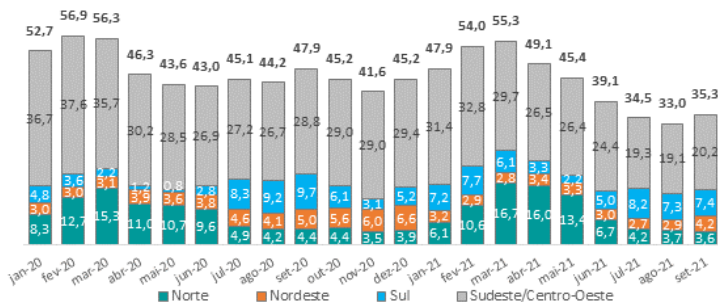


EARM (%) Histórica:
Subsistema Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO)³

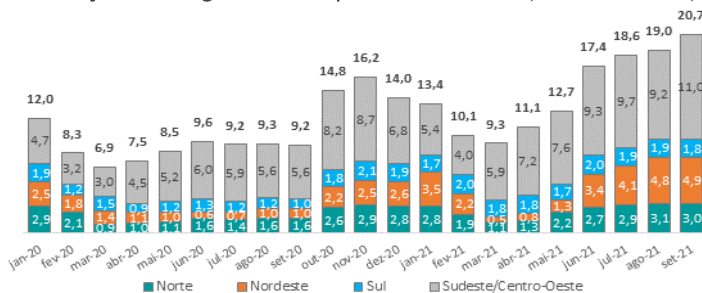


Nesse contexto de baixa hidrologia e incremento de carga, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) continuou a restringir a geração hidrelétrica no 3T21 a fim de preservar o nível dos reservatórios. Mesmo com os patamares recordes de geração eólica registrados no 3T21, que ultrapassaram 11 GWmédios nos meses de agosto e setembro de 2021 e responderam por mais de 15% da geração de energia no trimestre, as térmicas continuaram com alto nível de despacho para fechar o balanço elétrico/energético do SIN. Com isso, o despacho por fontes termelétricas também atingiu os maiores níveis de geração históricos nos três meses do 3T21, sendo responsável por cerca de 30% da geração total de energia no período.

Geração de Energia Hidrelétrica – por Subsistema SIN (GWmédios/mês)⁴



Geração de Energia Térmica – por Subsistema SIN (GWmédios/mês)⁵



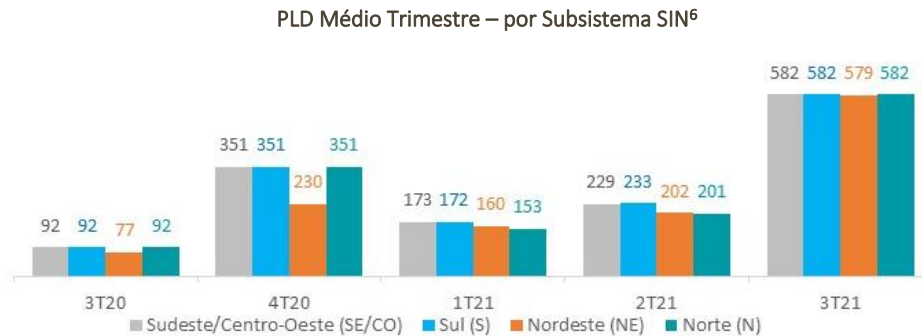
² Fonte: Dados disponíveis no site do ONS, em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_armazenada.aspx e http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx - Acesso em 19/10/2021.

³ Fonte: Dados disponíveis no site do ONS, em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_armazenada.aspx e http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx - Acesso em 19/10/2021.

⁴ Fonte: Dados disponíveis até ago/21 no site do ONS, em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx - Acesso em 19/10/2021. Para o mês de set/21, dados extraídos do Boletim Diária da Operação do site do ONS: <http://sdro.ons.org.br/SDRO/DIARIO/index.htm> - Acesso em 25/10/2021.

⁵ Fonte: Dados disponíveis até ago/21 no site do ONS, em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx - Acesso em 19/10/2021. Para o mês de set/21, dados extraídos do Boletim Diária da Operação do site do ONS: <http://sdro.ons.org.br/SDRO/DIARIO/index.htm> - Acesso em 25/10/2021.

O cenário crítico da hidrologia se refletiu no PLD, que se manteve no teto estrutural (R\$ 583,83/ MWh) durante a maior parte do 3T21, em todos os submercados. Como resultado, o despacho termelétrico no período foi bastante elevado, diferentemente do ocorrido no 3T20, período em que o PLD médio ficou abaixo dos R\$100/MWh, refletindo a redução do consumo em função dos impactos da COVID-19 e os maiores volumes de energia armazenada (EAR) à época.

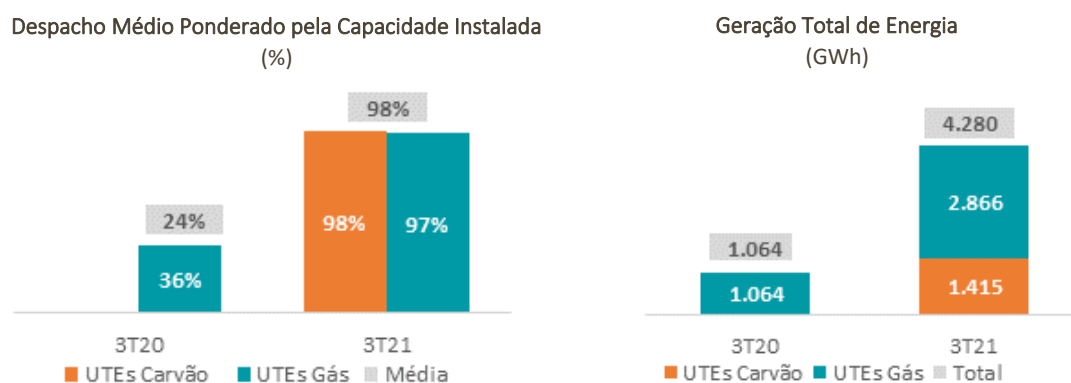


Desempenho ENEVA:

- Trimestre marcado por despacho elevado das usinas

Todas as usinas da ENEVA permaneceram na ordem de mérito de despacho durante o 3T21, de forma que o despacho médio atingiu 98% versus 24% no 3T20. A elevação do despacho no trimestre se deve à combinação dos efeitos de piora do cenário hidrológico e à crescente demanda por energia, em linha com a sazonalidade esperada para o período. A UTE Parnaíba II despachou por inflexibilidade em todo o trimestre, seguindo os seus parâmetros contratuais.

Por sua vez, no 3T20 as usinas da ENEVA permaneceram fora da ordem de mérito do despacho, movimento atípico para o período, com geração apenas da UTE Parnaíba II, por inflexibilidade. Naquele trimestre, os reservatórios registraram volumes de energia armazenada (EAR) mais elevados que o usual, em função da expressiva contração do consumo de energia observada no 2T20.



⁶ Fonte: Dados disponíveis no site da CCEE, em https://www.ccee.org.br/portal/faces/preco_horario_veja_tambem/preco_media_semanal?_afzLoop=4661618135645&_adf.ctrl-state=ybngahlzc_155#!%40%40%3F_afzLoop%3D4661618135645%26_adf.ctrl-state%3Dybnghlzc_159 - Acesso em 19/10/2021.

A UTE Parnaíba II realizou uma manutenção corretiva no período de 19 de junho a 17 de julho, quando voltou a operar em total capacidade. Durante alguns dias da parada não programada, a usina gerou em ciclo aberto. A energia não gerada em função da indisponibilidade foi ressarcida à PLD.

No mês de agosto, as usinas a carvão realizaram testes para atender a Declaração de Atendimento aos Procedimentos de Rede (DAPR), solicitados pelo ONS, impactando a disponibilidade das usinas.

▪ **Alta dos preços de combustíveis impacta positivamente CVU das usinas Parnaíba I, Pecém II e Itaqui**

Os Custos Variáveis Unitários (CVUs)⁷ de todas as usinas da ENEVA que operam no mercado regulado (ACR)⁸ são atrelados a indexadores de inflação e/ou de combustíveis e taxas de câmbio, conforme tabela abaixo. Para as usinas que possuem CVU apenas com componente atrelado à inflação, os valores são reajustados anualmente no mês de novembro, considerando a inflação acumulada (IPCA) a cada 12 meses. Quanto às térmicas que também possuem componente de combustível em seus CVUs, além do reajuste anual da parcela do CVU atrelada à inflação, é feita a atualização mensal da parcela indexada ao custo de combustível, a qual acompanha a variação dos indexadores e da taxa de câmbio de cada período.

CVU (R\$/MWh)							
Valores médios trimestre	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	Indexadores	Periodicidade Reajuste
UTE Parnaíba I	126,8	171,0	168,0	181,5	236,0	Henry Hub e Câmbio / IPCA	Combustível: Mensal Inflação: Anual
UTE Parnaíba II	82,5	84,4	85,7	85,7	85,7	IPCA	Inflação: Anual
UTE Parnaíba III	223,5	228,7	232,3	232,3	232,3	IPCA	Inflação: Anual
UTE Parnaíba IV	151,7	151,7	151,7	151,7	151,7	-	-
UTE Pecém II	163,1	186,3	216,6	249,3	386,2	CIF ARA (API #2) e Câmbio / IPCA	Combustível: Mensal Inflação: Anual
UTE Itaqui	157,7	180,3	210,4	243,3	379,5	CIF ARA (API #2) e Câmbio / IPCA	Combustível: Mensal Inflação: Anual

Os CVUs das UTEs Parnaíba II e III são integralmente indexados à inflação e foram reajustados em 3,92% em novembro de 2020 pelo IPCA acumulado em 12 meses até outubro de 2020, como previsto no Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

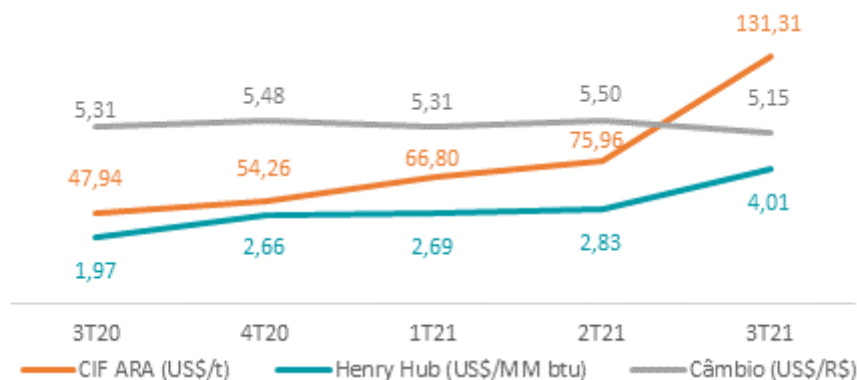
As UTEs Parnaíba I, Pecém II e Itaqui, que também possuem parcela da receita variável contratual atrelada a preços de combustíveis e taxa de câmbio, apresentaram crescimento expressivo de seus CVUs no 3T21 comparado ao 3T20. O CVU de Parnaíba I cresceu 86,1% no período analisado, em função, principalmente, do aumento de 103,4% no preço internacional da commodity de gás natural *Henry Hub* no período. Nas

⁷ O CVU das usinas térmicas é composto por 2 parcelas: Ccomb e Co&m. O Ccomb é a parcela da receita referente ao preço do combustível e é indexado ao preço de combustível, com variação mensal. Já o Co&m é a parcela da receita referente ao custo de operação e manutenção da usina e é atualizado anualmente pelo IPCA. Para entender mais, consulte o Guia de Modelagem disponibilizado pela ENEVA: <https://ri.ENEVA.com.br/informacoes-financeiras-e-operacionais/guia-de-modelagem/>

⁸ O CVU da UTE Parnaíba IV foi fixado pela ANEEL em R\$ 151,69/MWh por meio do despacho N° 3.203 (dezembro/2018).

usinas a carvão, o aumento expressivo do preço internacional CIF-ARA em 173,9% impulsionou a alta dos CVUs médios das usinas em 136,7% para Pecém II e 140,6% para Itaquí no período.

Indexadores – Valores Médios no Trimestre⁹



Upstream

Desempenho ENEVA: Aumento da produção de gás em atendimento ao maior volume gerado no Complexo Parnaíba e crescimento das reservas totais de gás na comparação anual

Produção de Gás Acumulada (bcm) e Despacho da UTG¹⁰ (%)



Evolução Anual Reservas de Gás (bcm)



A produção de gás aumentou 260% no 3T21 em comparação ao 3T20, em resposta ao maior despacho das usinas a gás na comparação entre os períodos. Apesar do maior consumo de gás, a Companhia encerrou o 3T21 com um volume de reservas 2P de gás na Bacia do Parnaíba superior ao do 3T20 em 1,0 bilhão de m³, e com reservas 2P totais, incluindo aquelas do Campo de Azulão (Bacia do Amazonas), de 30,8 bilhões de m³, como resultado das incorporações de novas reservas nas duas bacias no período.

Em agosto de 2021, a ENEVA divulgou um relatório extraordinário de certificação de reservas e recursos contingentes referente a 30 de junho de 2021. Neste novo relatório, também elaborado pela GCA, foram avaliadas exclusivamente as reservas do Campo de Azulão e os recursos contingentes de determinados campos e áreas localizados na Bacia do Amazonas e Bacia do Solimões adquiridos no 2º Ciclo Licitatório

⁹ Fonte: Dados disponíveis na Reuters. Médias trimestrais calculadas utilizando preços *Henry Hub* mensais relativos ao terceiro último dia do mês e preços CIF-ARA e taxa de câmbio relativos à média do mês.

¹⁰ UTG - Unidade de Tratamento do Gás.

da Oferta Permanente (OP) da ANP. Foi incorporado 0,5 bilhão de m³ às reservas do Campo de Azulão, após a inclusão das informações do bloco AM-T-85. Com isso, o volume de reservas totais 2P do Campo totalizou 6,3 bilhões de m³. Adicionalmente, o relatório apontou recursos contingentes totais de gás de 5,84 bilhões de m³ e de óleo de 4,23 milhões de barris, ambos P50, nos blocos AM-T-84 e AM-T-85 (Bacia do Amazonas), bem como 20,85 bilhões de m³ de gás (P50), na área de Juruá (Bacia do Solimões).

Não houve campanha de aquisição sísmica no 3T21.

Desempenho Financeiro

Consolidado

DRE Consolidado	(R\$ milhões)					
	3T21	3T20	%	9M21	9M20	%
Receita Operacional Líquida	1.528,1	562,0	171,9%	3.442,0	2.019,8	70,4%
Custos Operacionais	(1.016,7)	(308,7)	229,4%	(2.176,8)	(1.076,6)	102,2%
Depreciação e amortização	(149,0)	(98,2)	51,6%	(406,6)	(296,8)	37,0%
Despesas Operacionais	(126,4)	(112,9)	12,0%	(386,6)	(308,1)	25,5%
Poços secos	(25,3)	(11,1)	127,4%	(38,4)	(9,3)	313,6%
Depreciação e amortização	(15,3)	(16,7)	-8,4%	(46,0)	(48,0)	-4,2%
Outras receitas/despesas	(2,0)	22,9	N/A	27,0	21,3	26,7%
Equivalência Patrimonial	0,1	(1,1)	N/A	(0,0)	(8,4)	-99,8%
EBITDA ICVM 527/12	547,4	277,2	97,5%	1.358,2	992,9	36,8%
EBITDA excluindo poços secos ¹	572,7	288,3	98,6%	1.396,6	1.002,2	39,4%
Resultado Financeiro Líquido	56,5	(96,0)	N/A	(34,3)	(225,4)	-84,8%
EBT	439,6	66,2	564,2%	871,3	422,7	106,1%
Impostos Correntes	(34,7)	(2,5)	1276,3%	(78,4)	(26,2)	198,7%
Impostos Diferidos	(42,4)	(8,5)	399,4%	(109,0)	(76,2)	43,1%
Participações Minoritárias	(0,0)	(0,4)	-95,9%	(0,0)	(0,8)	-99,8%
Resultado Líquido Eneva	362,6	55,6	552,7%	683,9	321,1	113,0%

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos.

No 3T21, a Companhia registrou EBITDA Consolidado ajustado (de forma a excluir as despesas com poços secos) de R\$ 572,7 milhões, aumento de 99% em relação ao 3T20, impulsionado principalmente pelo segmento de *Upstream*. No período de análise, o EBITDA ajustado deste segmento cresceu 349%, em função do despacho muito elevado das usinas a gás no 3T21 comparado ao 3T20, que impactou a receita variável com a venda do combustível, sem contrapartida nos custos, inflando a margem do segmento.

O desempenho do segmento de geração a carvão também contribuiu para o aumento do EBITDA ajustado no trimestre em relação ao 3T20. No 3T21, as duas usinas tiveram seus CVUs positivamente impactados pela elevação do CIF-ARA, descolando do custo médio do estoque de carvão adquirido anteriormente a preços inferiores. Isso resultou em margens variáveis positivas nas usinas, de R\$ 43/MWh em Itaquí e de R\$ 73/MWh em Pecém II. O EBITDA ajustado do segmento cresceu 50,8% no 3T21 vs. 3T20.

O crescimento do EBITDA ajustado no período de comparação foi parcialmente compensado pela necessidade de ressarcimento de lastro da usina Parnaíba II, que passou por um período de manutenção corretiva, entre 19 de junho e 17 de julho. Durante o período de indisponibilidade, a usina incorreu em custos relativos ao ressarcimento de lastro no valor de R\$ 72,3 milhões.

A melhor performance operacional veio acompanhada da melhora do resultado financeiro no trimestre, impulsionado, principalmente, pelos seguintes efeitos: (i) menores despesas com encargos de dívidas e juros sobre debêntures, decorrente da capitalização dos encargos relacionados aos financiamentos dos projetos ainda em fase de construção (Parnaíba V e Azulão-Jaguatirica); (ii) impacto da marcação a

mercado da perspectiva de realização dos contratos futuros da ENEVA Comercializadora; e (iii) recebimento de multa e juros após o êxito de uma ação judicial.

Como resultado, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 363 milhões no 3T21, crescimento de 553% em relação ao 3T20.

Fluxo de Caixa Consolidado

Fluxo de Caixa Livre	(R\$ milhões)					
	3T21	3T20	Var. Abs.	9M21	9M20	Var. Abs.
EBITDA excluindo poços secos ¹	572,7	288,3	284,4	1.396,6	1.002,2	394,5
(+) Var. Capital de Giro	(93,4)	7,8	(101,2)	(309,3)	86,7	(396,0)
(+) Imposto de renda	(31,9)	(4,0)	(27,9)	(62,4)	(34,8)	(27,6)
(+) Var. Outros ativos e passivos	(16,7)	(21,2)	4,5	(43,7)	(26,8)	(16,9)
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais	430,7	270,9	159,8	981,3	1.027,3	(46,0)
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento	(279,9)	(407,2)	127,3	(861,4)	(1.528,4)	667,0
Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento	116,0	358,5	(242,5)	4,6	1.304,9	(1.300,3)
Captações e Outros	244,2	1.221,0	(976,8)	480,9	2.591,7	(2.110,8)
Amortização de Principal	(3,9)	(722,6)	718,8	(61,4)	(888,3)	826,9
Amortização de Juros	(49,0)	(19,0)	(30,0)	(222,8)	(168,0)	(54,8)
Outros	(75,3)	(120,8)	45,5	(192,1)	(230,5)	38,4
Posição de Caixa Total ²	2.020,7	2.592,0	(571,4)	2.020,7	2.592,0	(571,4)
Posição de Caixa Total + Depósitos Vinculados ²	2.172,8	2.792,6	(619,9)	2.172,8	2.792,6	(619,9)

1 - Calculado considerando o EBITDA acumulado conforme orientações da ICVM 527/12, excluindo o impacto de poços secos.

2 - Inclui caixa e equivalentes de caixa.

O fluxo de caixa operacional (FCO) da Companhia atingiu R\$ 430,7 milhões no 3T21, alavancado pelo maior EBITDA do período em função do melhor resultado operacional. O resultado foi parcialmente mitigado pelos seguintes efeitos:

- i) Maior necessidade de capital de giro no 3T21, principalmente em função do aumento do saldo de contas a receber comparado a junho/21, decorrente do maior despacho e do crescimento da receita variável unitária, dada a elevação dos indexadores dos CVUs das usinas. Também contribuiu para o aumento da necessidade de capital de giro, o crescimento do valor de estoques de carvão na comparação com o 2T21, em função do aumento do despacho e do crescimento do preço médio do carvão adquirido no período com a alta da *commodity* CIF-ARA;
- ii) Maior pagamento de tributos principalmente em função do maior despacho no trimestre e dos maiores preços de venda de energia, que impulsionaram o lucro tributável no 3T21.

No 3T21, o fluxo de caixa de atividades de investimento (FCI) registrou resultado negativo de R\$ 279,9 milhões, basicamente em função de: desembolsos relativos ao desenvolvimento do Campo de Azulão e à construção da UTE Jaguatirica II, que totalizaram R\$ 73,8 milhões; e desembolsos referentes à construção da UTE Parnaíba V de R\$ 59,6 milhões e aos investimentos realizados nas atividades de *Upstream* nas Bacias do Parnaíba e do Amazonas, dos quais R\$ 40,9 foram direcionados ao desenvolvimento do Campo Gavião Preto.

O fluxo de caixa de atividades de financiamento (FCF) totalizou R\$ 116,0 milhões no 3T21, refletindo as captações realizadas no trimestre, em um valor total de R\$ 244,2 milhões, referentes aos desembolsos dos financiamentos efetuados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para a construção da UTE Parnaíba V e com o Banco da Amazônia S.A. (BASA) para a implantação do Projeto Integrado Azulão-Jaguatirica.

O impacto positivo no FCF foi parcialmente compensado sobretudo por: (i) aumento no saldo de depósitos vinculados em R\$ 62,8 milhões em função de constituição de conta reserva para provisionamento de

pagamentos relacionados às debêntures, previstos contratualmente no pacote de garantias da 1ª emissão de debêntures de Parnaíba I (atualmente na Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. – “PGC”); e (ii) pelas amortizações de principal referentes aos financiamentos da FINEP na ENEVA S.A. e de juros relacionados aos financiamentos da FINEP, do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e das debêntures captadas na 6ª Emissão da ENEVA S.A. em 2020, de acordo com o cronograma previsto de amortizações.

A ENEVA encerrou o trimestre com saldo de caixa livre consolidado de R\$ 2.020,7 milhões, sem contemplar o saldo em depósitos vinculados aos contratos de financiamento da Companhia, no montante de R\$ 152,1 milhões.

Desempenho Econômico-Financeiro por Segmento

Complexo Parnaíba

Geração Térmica a Gás Natural

Este segmento é composto pelas controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. (que detém as UTEs Parnaíba II, Parnaíba III e Parnaíba IV), Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. – PGC (que detém a UTE Parnaíba I, além de ser a SPE responsável pelo desenvolvimento da UTE Parnaíba V) e Azulão Geração de Energia S.A. (SPE responsável pela implantação do projeto integrado Azulão-Jaguatirica, exceto o desenvolvimento do Campo de Azulão).

DRE - Geração a Gás	(R\$ milhões)					
	3T21	3T20	%	9M21	9M20	%
Receita Operacional Bruta	912,2	328,4	177,7%	2.154,1	1.266,1	70,1%
Receita Fixa	332,8	318,5	4,5%	1.001,8	955,5	4,8%
Receita Variável	579,4	9,9	5729,8%	1.152,3	310,6	271,0%
CCEAR ¹	317,3	0,0	N/A	713,0	121,7	486,0%
Mercado de curto prazo	262,1	9,9	2537,3%	439,4	188,9	132,6%
Lastro (FID)	0,0	-	N/A	-	85,8	N/A
Hedge Ressarcimento	-	-	N/A	-	-	N/A
Outros	262,1	9,9	2537,1%	439,4	103,1	326,1%
Deduções sobre a Receita Bruta	(101,6)	(33,3)	205,0%	(227,8)	(127,0)	79,4%
Indisponibilidade (Ressarcimento)	(9,1)	-	N/A	(9,2)	1,5	N/A
Receita Operacional Líquida	810,6	295,1	174,7%	1.926,3	1.139,1	69,1%
Custos Operacionais	(762,5)	(219,0)	248,1%	(1.630,7)	(763,8)	113,5%
Custo Fixo	(113,5)	(108,5)	4,6%	(351,3)	(323,6)	8,6%
Transmissão e encargos regulatórios	(23,9)	(21,4)	11,6%	(66,7)	(62,8)	6,1%
O&M	(26,6)	(20,9)	27,3%	(86,2)	(62,2)	38,7%
Arrendamento fixo UTG	(63,0)	(66,2)	-4,8%	(198,4)	(198,6)	-0,1%
Custo Variável	(606,3)	(81,7)	642,4%	(1.151,4)	(353,6)	225,6%
Gás Natural	(244,8)	(62,7)	290,6%	(517,4)	(213,0)	142,9%
Gasmar	(17,9)	(4,7)	276,5%	(37,7)	(15,6)	142,4%
Arrendamento variável UTG	(176,7)	-	N/A	(279,9)	(24,5)	1043,1%
Lastro (FID)	-	-	N/A	(19,3)	(79,1)	-75,6%
Hedge Ressarcimento	-	-	N/A	-	-	N/A
Outros	(166,8)	(14,2)	1071,7%	(297,0)	(21,5)	1283,1%
Depreciação e amortização	(42,7)	(28,9)	47,9%	(128,0)	(86,5)	47,9%
Despesas Operacionais	(12,0)	(6,4)	88,1%	(34,7)	(19,7)	76,6%
SG&A	(9,4)	(6,2)	51,1%	(27,1)	(19,4)	39,9%
Depreciação e amortização	(2,6)	(0,1)	1767,3%	(7,6)	(0,3)	2433,9%
Outras receitas/despesas	(0,1)	(0,7)	-88,6%	3,6	(19,5)	N/A
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	81,3	98,0	-17,1%	400,1	423,0	-5,4%
% Margem EBITDA	10,0%	33,2%	-23,2 p.p.	20,8%	37,1%	-16,4 p.p.

¹ CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

A receita operacional líquida do segmento cresceu 174,7% no 3T21 em comparação ao 3T20, devido principalmente a:

- (i) Maior geração de energia, com despacho das usinas a gás atingindo 97% no 3T21 vs. 36% no 3T20;

- (ii) Aumento do CVU da UTE Parnaíba I (R\$ 236/MWh no 3T21 vs. R\$ 127/MWh no 3T20), dada a elevação da cotação do *Henry Hub*;
- (iii) Aumento da receita variável bruta no mercado de curto prazo, que totalizou R\$ 262,1 milhões no 3T21. É importante observar que, no trimestre, 16% da energia não comprometida com contratos no ACR estava exposta à PLD, com impacto de cerca de R\$ 50 milhões nesta linha de receita, refletindo o maior PLD médio no submercado Norte no período (R\$ 582/MWh no 3T21 vs. R\$ 92/MWh no 3T20). O restante da energia não comprometida com o ACR foi comercializado em contratos bilaterais entre as usinas e a ENEVA Comercializadora. No 3T21, foi comercializado um montante acima da energia disponível para a liquidação no ambiente livre, sendo necessário, portanto, a aquisição de lastro, pela UTE Parnaíba I, precificado a PLD. Os impactos dessa operação foram de R\$ 74,2 milhões na receita e de R\$ 88,3 milhões nos custos variáveis.

Geração Líquida (GWh)	3T21	3T20
Parnaíba I	1.368	23
Parnaíba II	913	974
Parnaíba III	363	0
Parnaíba IV	113	7
TOTAL	2.756	1.004

Os custos variáveis do segmento apresentaram um crescimento de 642,4% no 3T21 em relação ao 3T20, devido, principalmente, a:

- (iv) Maior volume de combustível demandado para cumprir o maior despacho. Os custos incorridos pelas usinas com a compra de gás natural do segmento de *Upstream* são eliminados no resultado do Complexo Parnaíba e do Consolidado;
- (v) Elevação dos custos de arrendamento variável principalmente em Parnaíba I, em função do aumento do CVU no 3T21 comparado ao 3T20, efeito também eliminado no resultado;
- (vi) Compra de energia realizada pela UTE Parnaíba II, no valor de R\$ 72,3 milhões, para ressarcir o sistema pela energia não gerada. A usina gerou abaixo do compromisso contratual em função de uma manutenção corretiva realizada no período de 19 de junho a 17 de julho, impactando os resultados do segundo e do terceiro trimestres; e
- (vii) Compra de energia no valor de R\$ 88,3 milhões pela UTE Parnaíba I, com contrapartida de R\$ 74,2 milhões na receita variável líquida para fazer frente aos contratos bilaterais firmados com a ENEVA Comercializadora, conforme explicado acima.

No 3T21, o EBITDA do segmento de geração a gás totalizou R\$ 81,3 milhões, redução de 17,1% em relação ao 3T20, impactado principalmente pela compra de energia realizada pela usina Parnaíba II em função da indisponibilidade de geração, dada a parada para a manutenção corretiva, concluída ainda em julho. As demais usinas a gás geraram com margens positivas no período, em função do maior despacho, do aumento expressivo do CVU de Parnaíba I e da elevação do PLD no trimestre.

Upstream (E&P)

Este segmento é composto pela ENEVA S.A. e Parnaíba B.V. Cabe ressaltar que a antiga controlada Parnaíba Gás Natural S.A. (PGN) foi incorporada à ENEVA S.A. no final de 2018. Os resultados *Upstream* são apresentados separadamente, no intuito de facilitar a análise de desempenho do segmento.

DRE - <i>Upstream</i>	(R\$ milhões)					
	3T21	3T20	%	9M21	9M20	%
Receita Operacional Bruta	537,7	146,6	266,8%	1.103,9	493,5	123,7%
Receita Fixa	72,9	76,6	-4,8%	218,8	229,1	-4,5%
Receita Variável	464,7	70,0	564,3%	885,1	264,4	234,8%
Contrato de venda de gás	271,0	69,1	292,4%	571,4	234,8	143,3%
Contrato de arrendamento	191,3	0,0	N/A	308,2	27,0	1042,4%
Venda de condensado	2,4	0,9	176,3%	5,5	2,5	125,0%
Deduções sobre a Receita Bruta	(72,0)	(16,9)	325,6%	(150,5)	(56,0)	168,8%
Receita Operacional Líquida	465,7	129,7	259,1%	953,5	437,5	117,9%
Custos Operacionais	(145,3)	(47,9)	203,4%	(322,8)	(147,2)	119,2%
Custo Fixo	(17,8)	(14,3)	24,2%	(53,5)	(41,5)	29,1%
Custos O&M (OPEX)	(17,8)	(14,3)	24,2%	(53,5)	(41,5)	29,1%
Custo Variável	(70,3)	(10,6)	561,2%	(138,0)	(30,3)	356,0%
Participações Governamentais	(68,5)	(9,2)	641,6%	(133,1)	(26,1)	410,4%
Custo do gás vendido/compressores	(1,8)	(1,4)	31,9%	(4,9)	(4,2)	16,9%
Depreciação e Amortização	(57,1)	(22,9)	149,5%	(131,3)	(75,5)	73,8%
Despesas Operacionais	(42,1)	(47,9)	-12,2%	(95,3)	(121,0)	-21,3%
Despesas com Exploração_Geologia e Geofísic	(35,9)	(38,1)	-5,8%	(64,1)	(89,7)	-28,5%
Poços Secos	(25,6)	(11,2)	127,9%	(38,8)	(10,7)	263,2%
SG&A	(3,7)	(3,3)	10,2%	(23,6)	(13,8)	71,4%
Depreciação e Amortização	(2,5)	(6,5)	-61,7%	(7,6)	(17,6)	-57,0%
Outras receitas/despesas	(0,0)	6,2	N/A	(0,5)	4,8	N/A
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	337,9	69,4	387,1%	673,7	267,0	152,4%
EBITDA excluindo poços secos ¹	363,5	80,6	351,0%	712,4	277,9	156,3%
% Margem EBITDA excluindo poços secos	78,1%	62,2%	15,9 p.p.	74,7%	63,5%	11,2 p.p.

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos.

No 3T21, a receita operacional líquida do segmento registrou expansão de 258,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento expressivo se deveu, principalmente, ao aumento da receita de venda de gás, em função do maior despacho da UTG no período (93% no 3T21 vs. 26% no 3T20), e do aumento da receita de arrendamento variável recebida das térmicas a gás. Essa linha foi impactada em grande parte pelo maior CVU médio da usina Parnaíba I, que subiu de R\$ 127/MWh no 3T20 para R\$ 236/MWh no 3T21, em função da maior cotação do *Henry Hub* no período de análise.

Os custos variáveis apresentaram crescimento R\$ 59,7 milhões no 3T21 comparado ao 3T20, devido à elevação dos custos incorridos com Participações Governamentais, justificados pela maior produção de

gás no trimestre e pelo aumento do preço médio de referência do gás estipulado pela ANP¹¹ para os campos da Companhia e que serve de base para o cálculo das participações governamentais.

As despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, apresentaram redução de 4,5% no trimestre comparado ao 3T20, devido, principalmente a menores despesas de exploração (excluindo poços secos), dado que não foram realizadas campanhas sísmicas no 3T21. A redução nas despesas com exploração foi parcialmente compensada pela contabilização de R\$ 25,6 milhões em despesas com poços secos, referentes aos poços 1-ENV-19-MA, 1-ENV-21-MA e 1-ENV-22-MA.

Conseqüentemente, no 3T21, o EBITDA ajustado (excluindo poços secos) do segmento apresentou crescimento de 349,5% comparado ao 3T20, em função basicamente da elevação significativa do despacho das usinas a gás, resultando em ampliação da margem EBITDA do segmento.

¹¹ Os preços de referência para cálculo das participações governamentais são divulgados mensalmente pela ANP, disponíveis em <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/preco-de-referencia-do-gas-natural>.

Outros Ativos de Geração

Geração Térmica a Carvão

Este segmento é composto pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A.

DRE - Geração a Carvão	(R\$ milhões)					
	3T21	3T20	%	9M21	9M20	%
Receita Operacional Bruta	725,0	207,6	249,2%	1.447,0	822,9	75,9%
Receita Fixa	217,2	209,0	3,9%	651,5	627,0	3,9%
Receita Variável	507,8	(1,4)	N/A	795,5	195,9	306,1%
CCEAR ¹	485,6	(3,6)	N/A	765,1	102,2	648,4%
Mercado de curto prazo	22,2	2,2	898,8%	30,4	93,6	-67,6%
Lastro (FID)	17,3	-	N/A	18,6	74,2	-74,9%
Hedge Ressarcimento	3,9	2,2	78,2%	13,3	16,9	-21,2%
Outros	0,9	0,0	2600,9%	(1,6)	2,6	N/A
Deduções sobre a Receita Bruta	(83,6)	(21,5)	288,1%	(159,8)	(89,0)	79,5%
Indisponibilidade (Ressarcimento)	(8,8)	-	N/A	(10,0)	(3,6)	176,6%
Receita Operacional Líquida	641,3	186,1	244,7%	1.287,3	733,9	75,4%
Custos Operacionais	(491,2)	(103,6)	374,1%	(944,5)	(473,5)	99,5%
Custo Fixo	(64,0)	(51,7)	23,9%	(187,8)	(159,4)	17,8%
Transmissão e encargos regulatórios	(15,9)	(13,9)	14,3%	(44,2)	(41,4)	6,8%
O&M	(48,1)	(37,8)	8,0%	(143,6)	(118,0)	21,6%
Custo Variável	(378,1)	(5,1)	7355,0%	(609,4)	(173,6)	251,0%
Combustível	(351,8)	-	N/A	(561,6)	(80,0)	601,6%
Lastro (FID)	(13,7)	-	N/A	(15,0)	(67,3)	-77,7%
Hedge Ressarcimento	(1,6)	(3,8)	-58,5%	(10,4)	(14,4)	-27,9%
Outros	(11,0)	(1,3)	769,2%	(22,5)	(11,9)	88,4%
Depreciação e Amortização	(49,1)	(46,8)	4,8%	(147,3)	(140,5)	4,9%
Despesas Operacionais	(5,1)	(5,6)	-8,9%	(17,4)	(16,5)	5,2%
SG&A	(4,7)	(5,4)	-12,4%	(16,3)	(16,0)	2,1%
Depreciação e Amortização	(0,4)	(0,2)	95,2%	(1,1)	(0,5)	98,4%
Outras receitas/despesas	(2,0)	3,8	N/A	7,5	4,7	60,6%
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	192,5	127,7	50,8%	481,3	389,5	23,5%
% Margem EBITDA	30,0%	68,6%	-38,6 p.p.	37,4%	53,1%	-15,7 p.p.

¹ CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

A receita operacional líquida do segmento apresentou crescimento de 244,7% no 3T21 comparada ao 3T20, devido: (i) ao despacho elevado das usinas no 3T21, de 99% em Itaqui e 97% em Pecém II, comparado ao 3T20, quando as usinas ficaram desligadas; e (ii) ao aumento de preço da *commodity* CIF-ARA, que compõe a parcela do CVU que remunera o custo com combustível.

A aquisição de uma maior quantidade de carvão para atender ao maior despacho, combinada ao maior preço da *commodity*, impactou os custos variáveis, que cresceram R\$ 373,0 milhões no 3T21 em relação ao 3T20.

Devido à curva ascendente do CIF-ARA no período de análise, a receita variável contratual (CVU) média do trimestre recebida pelas usinas foi superior ao custo médio histórico do estoque de carvão. Esse descasamento resultou em margens variáveis positivas nas usinas, de R\$ 43/MWh em Itaquí e de R\$ 73/MWh em Pecém II, e impulsionou o crescimento do EBITDA do segmento em 50,8% comparado ao 3T20.

	3T21	3T20
Despacho usinas a carvão	98%	0%
Preço médio do carvão adquirido (US\$/ton)	131,3	47,9
CVU médio Itaquí (R\$/MWh)	379,5	157,7
CVU médio Pecém II (R\$/MWh)	386,2	163,1

Comercializadora

Este segmento é composto pela controlada indireta ENEVA Comercializadora de Energia Ltda., que tem como principais atividades a compra e venda da energia de terceiros, operações de *hedge* contra os efeitos de variações de preço de energia para as usinas do grupo e a atividade de comercialização de soluções em gás e energia para clientes finais.

DRE - Comercializadora	(R\$ milhões)					
	3T21	3T20	%	9M21	9M20	%
Receita Operacional Líquida	192,6	82,2	134,4%	371,2	322,8	15,0%
Custos Operacionais	(199,8)	(65,5)	205,3%	(374,6)	(300,1)	24,8%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(199,7)	(65,0)	207,2%	(374,4)	(299,5)	25,0%
Outros	(0,1)	(0,4)	-86,6%	(0,2)	(0,6)	-71,7%
Despesas Operacionais	(2,2)	(2,1)	5,6%	(6,8)	(4,9)	39,1%
SG&A	(2,2)	(2,1)	5,7%	(6,8)	(4,9)	39,4%
Depreciação e Amortização	(0,0)	(0,0)	0,0%	(0,0)	(0,0)	0,0%
Outras receitas/despesas	(0,0)	-	N/A	(0,0)	(0,0)	64,3%
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	(9,4)	14,6	N/A	(10,2)	17,8	N/A
% Margem EBITDA	-4,9%	17,8%	-22,7 p.p.	-2,7%	5,5%	-8,3 p.p.

A receita operacional líquida do segmento atingiu R\$ 192,6 milhões no 3T21, crescimento de 134,4% em relação ao 3T20, em função principalmente do maior volume de energia comercializada, que totalizou 1.545 GWh no 3T21 comparado a 1.079 GWh no 3T20.

Em contrapartida, os custos operacionais do segmento atingiram R\$ 199,8 milhões no 3T21, aumento de 205,3% comparado ao 3T20. Como resultado, o EBITDA da Comercializadora ficou negativo em R\$ 9,4 milhões no 3T21.

A posição marcada a mercado dos contratos futuros de energia da Comercializadora é contabilizada no resultado financeiro, na linha de “Perdas/ganhos com derivativos”.

Holding & Outros

Este segmento é composto pelas *holdings* ENEVA S.A. e ENEVA Participações S.A., além das subsidiárias criadas para a originação e o desenvolvimento de projetos. A ENEVA S.A. incorpora também os negócios do segmento de *Upstream*. Entretanto, no intuito de permitir melhor análise do desempenho dos segmentos de negócios da Companhia, optou-se aqui por apresentar os resultados do segmento de *Holding & Outros* separadamente.

DRE - Controladora e Outros	(R\$ milhões)					
	3T21	3T20	%	9M21	9M20	%
Receita Operacional Líquida	0,2	0,0	619,3%	0,7	0,2	271,5%
Custos Operacionais	(0,2)	(0,4)	-37,2%	(1,2)	(1,1)	9,1%
Despesas Operacionais	(61,7)	(47,5)	29,7%	(222,1)	(135,7)	63,7%
SG&A	(45,0)	(34,9)	29,1%	(116,6)	(98,6)	18,2%
Despesas com SOP/incentivo longo prazo	(10,2)	(6,2)	64,8%	(86,1)	(17,8)	383,0%
Depreciação e Amortização	(6,5)	(6,5)	-0,1%	(19,5)	(19,3)	0,9%
Outras receitas/despesas	0,0	13,2	-99,9%	16,4	30,6	-46,6%
Equivalência Patrimonial ¹	177,9	97,3	83,0%	421,0	361,4	16,5%
EBITDA ICVM 527/12	122,7	69,0	77,8%	234,1	274,6	-14,8%
EBITDA ex Equivalência	(55,2)	(28,2)	95,5%	(186,9)	(86,7)	115,4%

1- A Equivalência Patrimonial consolida os resultados referentes às controladas da ENEVA S.A. e ENEVA Participações S.A. e é quase que integralmente eliminada no resultado consolidado.

No 3T21, as despesas do segmento, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 55,2 milhões, dos quais R\$ 10,2 milhões se referem ao provisionamento dos novos Programas de Incentivo de Longo Prazo (ILPs) outorgados em 2021, sem efeito caixa. Neste trimestre, não houve maturação de ILPs e, portanto, não foram registrados desembolsos de caixa referentes a pagamento de impostos. Excluindo esse provisionamento, as despesas operacionais registraram crescimento de 29,1% no 3T21 comparado ao 3T20 devido, principalmente, às maiores despesas com assessorias em função da estratégia de crescimento da Companhia, além de uma elevação dos gastos com viagens e propaganda e publicidade.

Como resultado desses efeitos, no 3T21, o EBITDA do segmento, excluindo a Equivalência Patrimonial (que é quase totalmente eliminada na visão consolidada da Companhia), ficou negativo em R\$ 55,2 milhões, comparado a um valor negativo de R\$ 20,6 milhões no 3T20.

Resultado Financeiro Consolidado

Resultado Financeiro	(R\$ milhões)					
	3T21	3T20	%	9M21	9M20	%
Receitas Financeiras	62,0	12,6	392,3%	90,3	52,9	70,8%
Receitas de aplicações financeiras	24,4	11,2	117,8%	46,5	44,9	3,4%
Multas e juros recebidos	37,1	0,0	N/A	37,1	2,5	1373,9%
Juros sobre debêntures	-	-	N/A	-	-	N/A
Outros	0,6	1,4	-57,0%	6,7	5,4	23,8%
Despesas Financeiras	(72,4)	(111,6)	-35,1%	(172,4)	(290,5)	-40,7%
Multas e juros de mora	(0,2)	(0,2)	23,0%	(2,3)	(3,6)	-35,7%
Encargos de dívida ¹	(3,2)	(67,5)	-95,2%	(9,7)	(137,3)	-92,9%
Juros sobre provisão de abandono	(7,3)	(1,9)	287,6%	(17,2)	(2,2)	663,8%
Comissões e corretagens financeiras	(1,0)	(0,6)	59,0%	(2,9)	(3,5)	-15,2%
IOF/IOC	(1,4)	(0,8)	67,3%	(2,8)	(2,2)	31,1%
Juros sobre debêntures	(48,0)	(34,4)	39,4%	(111,1)	(117,7)	-5,7%
Outros	(11,2)	(6,1)	83,9%	(26,3)	(23,9)	9,7%
Variação cambial e monetária líquida	17,5	(5,4)	N/A	5,1	(3,0)	N/A
Perdas/ganhos com derivativos	49,4	8,3	494,4%	42,6	15,2	181,0%
Resultado Financeiro Líquido	56,5	(96,0)	-158,9%	(34,3)	(225,4)	-84,8%

1 - Inclui amortizações sobre os custos de transação.

A Companhia registrou resultado financeiro líquido de R\$ 56,5 milhões no 3T21, comparado ao resultado negativo de R\$ 96,0 milhões no 3T20, devido, principalmente, à combinação dos seguintes fatores:

- i) Aumento de R\$ 13,2 milhões nas receitas de aplicações financeiras como reflexo do aumento verificado no CDI médio do 3T21 comparado ao 3T20 (CDI médio de 4,86% no 3T21 e de 2,00% no 3T20);
- ii) Impacto de R\$ 37,0 milhões na linha de multas e juros recebidos no 3T21, principalmente devido ao recebimento de multas e juros após o êxito de uma ação judicial relacionada a Pecém II;
- iii) Redução de R\$ 64,2 milhões nas despesas com encargos de dívida devido à liquidação antecipada de dívidas mais onerosas no final de 2020 e emissões de debêntures em melhores condições ao longo de 2020. Adicionalmente, no 3T20 esta linha também foi impactada pelo pagamento de R\$ 34,6 milhões em *fees* contratuais relativas ao pré-pagamento das dívidas naquele período;
- iv) Aumento de R\$ 41,1 milhões em ganhos com derivativos principalmente em função da contabilização de R\$ 46,7 milhões no 3T21 referentes à posição marcada a mercado dos contratos futuros de energia da Comercializadora (MtM); e
- v) Aumento de R\$ 13,6 milhões nas despesas com juros sobre debêntures, compensando parcialmente os impactos positivos descritos anteriormente. Esse aumento está relacionado à liquidação antecipada da 4ª Emissão de Debêntures da ENEVA e ao aumento do CDI no período, que impactou diretamente os encargos gerados pelas emissões de debêntures corrigidas por este indexador.

Investimentos

Capex	(R\$ milhões)						
	2T20	3T20	4T20	2020	1T21	2T21	3T21
Geração a Carvão	17,3	(2,2)	20,2	37,9	3,1	14,3	11,2
Pecém II	1,2	(7,2)	7,8	2,5	(0,6)	1,5	4,6
Itaqui	16,1	5,0	12,4	35,4	3,7	12,8	6,6
Geração a Gás	92,3	31,4	6,9	135,2	39,0	15,5	57,3
Parnaíba I ¹	59,0	17,5	3,9	81,1	41,4	0,4	6,4
Parnaíba II ²	26,3	9,6	2,3	41,8	3,8	6,7	49,9
Parnaíba III ²	6,9	4,2	0,5	11,6	0,8	2,9	0,0
Parnaíba IV ²	0,2	0,1	0,2	0,6	(7,0)	5,5	1,0
Parnaíba V ³	165,3	79,1	270,3	705,3	124,7	63,4	97,6
Parnaíba VI ⁴	-	-	-	-	-	-	7,7
Azulão-Jaguatirica	383,8	255,4	284,3	1.209,3	199,5	225,1	166,5
Upstream	43,0	47,9	42,8	174,8	39,7	132,8	154,6
Poços secos	0,5	10,1	8,6	19,3	4,2	9,0	25,6
 Holding e Outros	8,3	(4,2)	5,4	10,6	1,5	2,1	3,7
Total	710,1	407,4	629,9	2.273,2	407,4	453,2	498,6

Valores acima referem-se à visão de capex econômico (competência).

1 - O capex de Parnaíba I é apresentado separadamente ao de Parnaíba V e Comercializadora. Conforme reestruturação societária anunciada no 1T20, a SPE Parnaíba I foi incorporada na PGC em janeiro/20.

2 - O capex de cada uma das usinas Parnaíba II, III e IV é apresentado separadamente. Conforme reestruturação societária anunciada no 4T18, as SPEs Parnaíba III e Parnaíba IV foram incorporadas na SPE Parnaíba II.

3 - Inclui capex da ENEVA Comercializadora.

4 - A UTE Parnaíba VI é o fechamento de ciclo da UTE Parnaíba III, cujo contrato de início do PPA se iniciará em janeiro de 2025. Para melhor compreensão, o capex será apresentado separadamente ao de Parnaíba III.

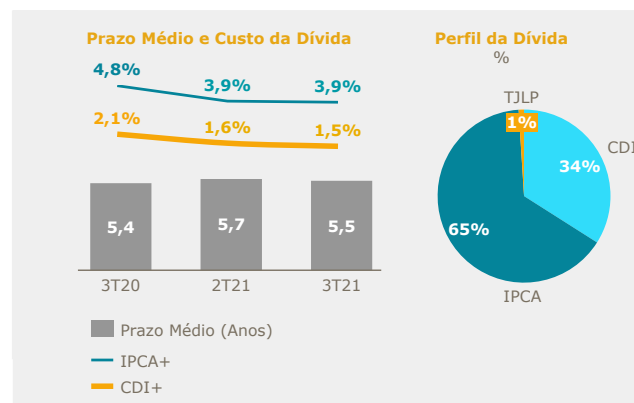
O investimento consolidado do 3T21 atingiu o montante de R\$ 498,6 milhões. Deste total, 53% foram destinados às construções do projeto integrado Azulão-Jaguatirica e da UTE Parnaíba V, com entrada em operação prevista para o 4T21 e o 1S22, respectivamente. Além disso, nesse trimestre, foram iniciados os investimentos relacionados à construção da UTE Parnaíba VI, cujo início do CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado) se inicia no 1T25. O valor de R\$ 7,7 milhões foi relacionado à aquisição dos principais equipamentos para a ilha de potência.

Na UTE Parnaíba II, destacam-se os investimentos de R\$ 49,9 milhões no trimestre, referente, em sua maior parte, ao cumprimento de um marco contratual do contrato de longo prazo com a GE, relacionado à manutenção preventiva das turbinas *Hot Gas Path* (HGP) realizada no 1S21.

Adicionalmente, um total de R\$ 154,6 milhões foi destinado ao segmento de *Upstream*. Deste montante, 70% foram aplicados ao desenvolvimento dos campos da Bacia do Parnaíba, com destaque para Gavião Preto, que demandou R\$ 93,2 milhões em investimentos no 3T21. Os demais valores se referem principalmente à campanha exploratória em curso em cinco blocos exploratórios na Bacia do Parnaíba e um bloco na Bacia do Amazonas. Foram também contabilizados três poços secos concluídos no 3T21, além de um saldo remanescente referente a um poço finalizado no 2T21, em um valor total de R\$ 25,6 milhões.

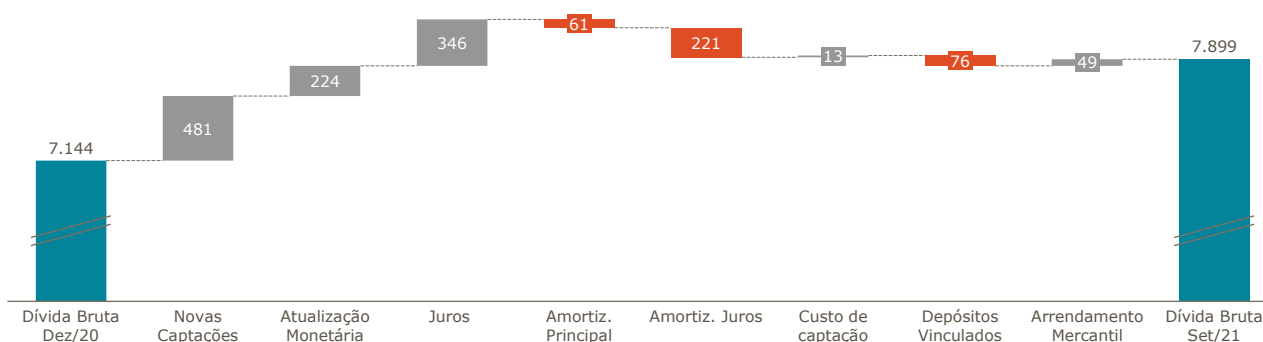
Endividamento

Em 30 de setembro de 2021, a dívida bruta consolidada (líquida do saldo de depósitos vinculados aos contratos de financiamento e custos de transação) totalizou R\$ 7.899 milhões, aumentando 4,6% em relação ao montante do final de junho de 2021. Ao final do 3T21, o prazo médio de vencimento da dívida consolidada era de cerca de 5,5 anos, o spread médio para as dívidas indexadas ao IPCA era de 3,9% e para as demais dívidas da Companhia era de 1,5% acima do CDI. ¹²



Evolução da Dívida Bruta

(R\$ milhões)

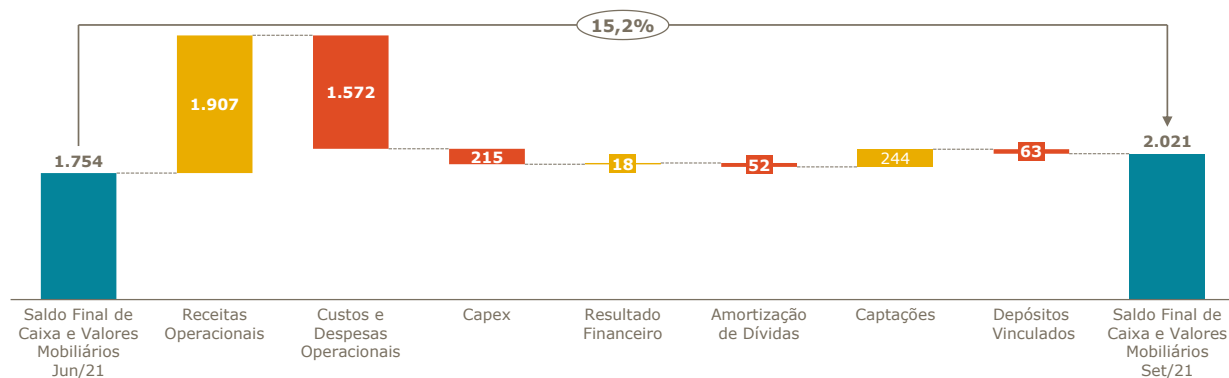


Em agosto de 2021, a Companhia realizou um desembolso de R\$ 143 milhões referente ao contrato junto ao BNB para o financiamento da UTE Parnaíba V. Com isso, um montante total de R\$ 753 milhões havia sido desembolsado até o final do 3T21, de uma quantia total de R\$ 843 milhões prevista no contrato do BNB.

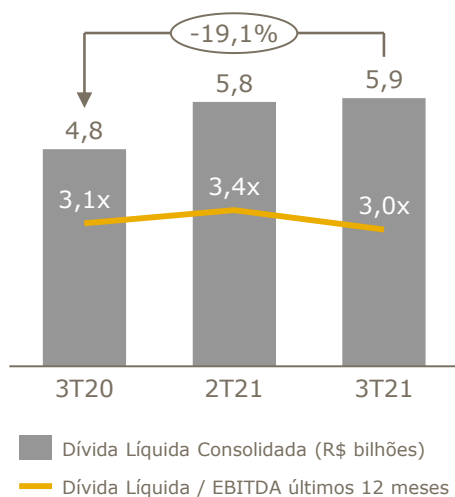
Em relação ao contrato celebrado com o BASA, destinado à construção, operação e manutenção do Projeto-Integrado Azulão Jaguatirica, foram realizados desembolsos em setembro de 2021, totalizando R\$ 102 milhões, e ao final do 3T21 a Companhia encerrou a captação total de R\$ 1 bilhão prevista junto ao BASA.

Ao final de setembro de 2021, o saldo de caixa consolidado da Companhia (caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) era de R\$ 2.021 milhões, aumento de R\$ 267 milhões em relação à posição registrada no final de junho de 2021, sem contemplar o saldo em depósitos vinculados aos contratos de financiamento da Companhia, de R\$ 152 milhões.

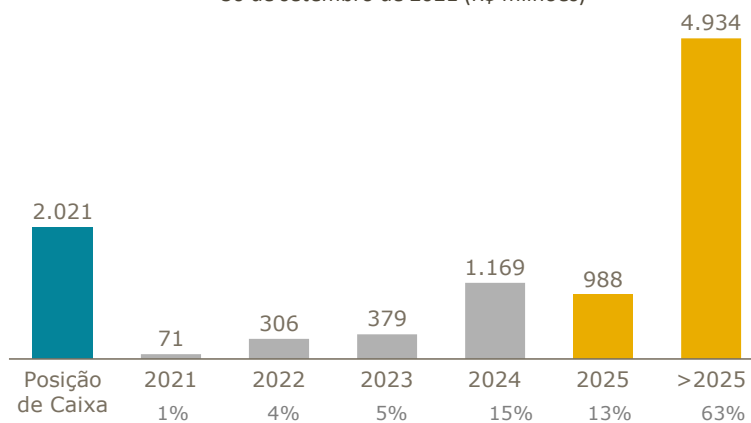
¹² O custo da dívida em CDI+ inclui no seu cálculo exposições em TJLP e taxa pré-fixada. No 3T20, a composição da dívida era 42% CDI, 48% IPCA, 8% TJLP e 2% Taxa pré-fixada.

Evolução do saldo de caixa e valores mobiliários no 3T21 (R\$ milhões)


A dívida líquida consolidada no final do período era de R\$ 5.878 milhões, equivalente a uma relação dívida líquida/EBITDA dos últimos 12 meses de 3,0x.

Dívida Líquida

Cronograma de vencimento da dívida consolidada (Principal)

30 de setembro de 2021 (R\$ milhões)



Mercado de Capitais

ENEV3	3T21	2T21	3T20	12 meses
Nº de ações - final período ¹	1.266.038.219	1.266.038.219	1.263.070.732	-
Cotação fechamento - final período (R\$/ação) ¹	16,47	16,98	12,03	-
Ações negociadas (MM) - média diária ¹	4,7	7,9	5,9	7,1
Volume financeiro (R\$ MM) - média diária	71,3	118,1	65,4	102,9
Valor de mercado - final período (R\$ MM) ²	20.852	21.497	15.188	-
Enterprise value - final período (R\$ MM) ³	26.730	27.293	19.946	-

¹ O número de ações no final de período, a cotação de fechamento de final de período e a quantidade de ações negociadas (média diária) anteriores a 12 de março de 2021 foram ajustados para refletir o desdobramento de ações realizado pela Companhia naquela data, aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 11 de março de 2021, na proporção de 1 ação para 4 ações, com consequente divisão por 4 do preço de cada ação.

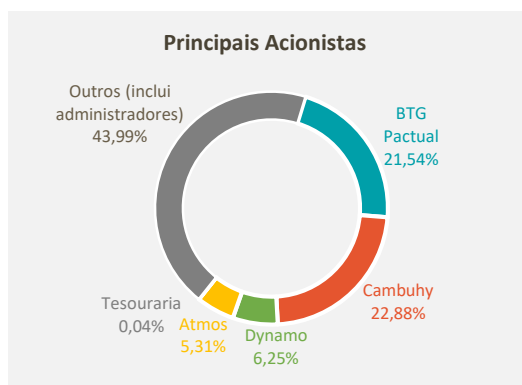
² Valor de Mercado considera 100% das ações da Eneva, incluindo ações detidas por administradores.

³ Enterprise Value equivale à soma do valor de Mercado e da dívida líquida da Companhia, ambas do final do período.

Composição Acionária

Ao final de setembro de 2021, o capital social da Companhia era composto por 1.266.038.219 ações ordinárias, com 99,72% das ações em circulação. A composição acionária está detalhada abaixo:

Perfil do Capital Social da ENEVA 30 de setembro de 2021



Iniciativas ESG - Ambiental, Social e Governança

Em julho de 2021, a ENEVA publicou o Relatório de Sustentabilidade de 2020, que pode ser acessado pelo site de Relações com Investidores da Companhia.

Indicadores-chave ESG

A partir da divulgação de seu Relatório de Sustentabilidade 2019, em 2020, a Companhia passou a atualizar trimestralmente os seus indicadores de sustentabilidade mensurados em cada período. A tabela a seguir apresenta os destaques referentes ao terceiro trimestre de 2021. A planilha interativa contendo todos os indicadores disponibilizados pela ENEVA se encontra no site de Relações com Investidores da Companhia.

Principais Indicadores ESG				
Esfera	Indicadores	3T21	2T21	1T21
Operações	Capacidade de geração instalada por fonte (MW)	2.156,5	2.156,5	2.156,5
	Carvão	725,0	725,0	725,0
	Gás	1.428,0	1.428,0	1.428,0
	Renováveis	3,5	3,5	3,5
	Uso de combustível para produção de energia ¹			
	Carvão (ton/MWh)	0,8	0,8	0,8
	Gás (m ³ /MWh)	993,0	991,9	986,0
	Eficiência (%) ²			
	Itaqui	37,0%	36,5%	35,7%
	Pecem II	36,9%	37,1%	36,5%
	Parnaíba I	34,0%	33,0%	35,7%
	Parnaíba II	54,0%	54,0%	54,3%
	Parnaíba III	36,0%	36,0%	36,1%
	Parnaíba IV	42,0%	42,0%	42,2%
Meio Ambiente	Emissão de GEE - Escopos I e II [tCO ₂ e] ³	2.559.382,0	1.437.472,5	1.290.746,4
	Taxa de Emissão de GEE - Escopos I e II (eficiência) [tCO ₂ e/MWh]	0,6	0,6	0,6
	Captação de Água Nova [m ³] ^{3 4}	5.008.853,0	2.929.887,5	2.317.180,6
	Taxa de Captação de Água Nova (eficiência) [m ³ /MWh]	0,6	1,2	1,0
	Consumo de Água Nova [m ³] ⁴	2.399.434,0	1.588.746,0	1.741.445,9
	Geração de Efluentes Industriais [m ³] ⁴	2.810.271,0	1.742.207,6	576.462,9
	Taxa de Geração de Efluentes Industriais (eficiência) [m ³ /MWh]	0,7	0,5	0,3
Saúde & Segurança ⁵	Fatalidades	-	-	-
	Taxa de Fatalidade (FAT)	-	-	-
	Afastamento por acidente	2,0	3,0	3,0
	Taxa de afastamento por acidente (LTIF) ⁶	0,8	0,7	0,8
	Taxa Total de Incidentes Reportáveis (TRIR)	2,4	2,2	2,2
Colaboradores	Total de colaboradores próprios (#)	1.124	1.084	1.050
	% de mulheres na força de trabalho própria	22,0%	22,0%	22,0%
	Turnover voluntário (%)	1,8%	0,8%	1,0%
	Total de colaboradores terceiros (#)	5155,0	6167,0	5844,0
Responsabilidade Social	Investimentos não-incentivados (R\$ M)	0,3	0,4	0,1
	Investimentos incentivados (Fundo da Infância e Adolescência, Lei de Incentivo à Cultura, Lei do Esporte, Saúde e outros) (R\$ M)	-	0,2	-
	Execução dos Programas Sócio-Econômico (R\$ M)	0,7	0,4	0,2
	Investimentos Sociais COVID-19 (R\$ M) ⁷	0,1	0,4	3,7
Governança	Número de casos de corrupção reportados ao Comitê de Auditoria e condenados	-	-	-
	Número de violações do Código de Conduta reportadas	9,0	8,0	8,0

1 - Devido à representatividade da quantidade de combustível consumido para as atividades de geração de energia em relação ao total consumido pela companhia, optou-se por divulgar esse dado a partir do 1T21;

2 - Eficiência = 3.600/net heat rate;

3 - O aumento no terceiro trimestre deveu-se principalmente ao despacho integral das termelétricas a carvão;

4 - Dados aplicáveis apenas ao segmento de geração de energia, não incluindo E&P;

5 - Os números consideram apenas acidentes típicos;

6 - Taxa de afastamento = (quantidade de acidentes x 1.000.000)/homem-hora exposto ao risco;

7 - Considera investimentos e despesas totais (doações, materiais, serviços, testes e outros).

Anexos

As demonstrações financeiras das SPEs estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia.

Os números dos quadros são apresentados *pro-forma*, considerando o ressarcimento por indisponibilidade em deduções da receita bruta.

DRE - 3T21 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	912,2	537,7	(534,0)	915,9	725,0	212,3	0,3	(161,2)	1.692,2
Deduções da Receita Bruta	(101,6)	(72,0)	98,0	(75,7)	(83,6)	(19,6)	(0,0)	14,9	(164,1)
Receita Operacional Líquida	810,6	465,7	(436,1)	840,2	641,3	192,6	0,2	(146,3)	1.528,1
Custos Operacionais	(762,5)	(145,3)	436,1	(471,7)	(491,2)	(199,8)	(0,2)	146,3	(1.016,6)
Depreciação e amortização	(42,7)	(57,1)	-	(99,8)	(49,1)	-	(0,1)	-	(149,0)
Despesas Operacionais ¹	(12,0)	(42,1)	-	(54,0)	(5,1)	(2,2)	(61,7)	(3,4)	(126,4)
SG&A	(9,4)	(3,7)	-	(13,1)	(4,7)	(2,2)	(55,2)	-	(75,2)
Depreciação e amortização	(2,6)	(2,5)	-	(5,0)	(0,4)	(0,0)	(6,5)	(3,4)	(15,3)
Outras receitas/despesas	(0,1)	(0,0)	-	(0,1)	(2,0)	(0,0)	0,0	0,1	(2,0)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	177,9	(177,8)	0,1
EBITDA ICVM 527/12	81,3	337,9	0,0	419,2	192,5	(9,4)	122,8	(177,8)	547,4
Resultado Financeiro Líquido	10,0	0,0	-	10,0	(21,6)	46,8	21,3	-	56,5
EBT	46,1	278,3	0,0	324,4	121,4	37,5	137,6	(181,2)	439,6
Impostos Correntes	(2,7)	-	-	(2,7)	(6,8)	-	(25,1)	-	(34,7)
Impostos Diferidos	(9,2)	-	-	(9,2)	(15,4)	(12,7)	(5,1)	-	(42,4)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(0,0)	(0,0)
Resultado Líquido	34,2	278,3	0,0	312,5	99,2	24,7	107,3	(181,2)	362,6

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relacionadas às atividades exploratórias do Upstream

DRE - 3T20 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	328,4	146,6	(145,7)	329,3	207,6	90,6	0,0	(11,9)	615,6
Deduções da Receita Bruta	(33,3)	(16,9)	25,6	(24,7)	(21,5)	(8,4)	(0,0)	1,1	(53,5)
Receita Operacional Líquida	295,1	129,7	(120,1)	304,6	186,1	82,2	0,0	(10,8)	562,1
Custos Operacionais	(219,0)	(47,9)	116,8	(150,1)	(103,6)	(65,5)	(0,4)	10,8	(308,7)
Depreciação e amortização	(28,9)	(22,9)	0,4	(51,4)	(46,8)	-	(0,0)	-	(98,2)
Despesas Operacionais ¹	(6,4)	(47,9)	-	(54,3)	(5,6)	(2,1)	(47,5)	(3,4)	(112,9)
SG&A	(6,2)	(3,3)	-	(9,6)	(5,4)	(2,1)	(41,1)	-	(58,1)
Depreciação e amortização	(0,1)	(6,5)	-	(6,6)	(0,2)	(0,0)	(6,5)	(3,4)	(16,7)
Outras receitas/despesas	(0,7)	6,2	-	5,5	3,8	-	13,2	0,5	22,9
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	97,3	(98,4)	(1,1)
EBITDA ICVM 527/12	98,0	69,5	(3,7)	163,8	127,7	14,6	69,0	(97,9)	277,2
Resultado Financeiro Líquido	(20,3)	(1,0)	3,3	(18,0)	(73,3)	8,6	(13,4)	(0,0)	(96,0)
EBT	48,7	39,1	(0,0)	87,8	7,4	23,2	49,2	(101,4)	66,2
Impostos Correntes	(0,6)	-	-	(0,6)	1,3	(3,6)	0,3	-	(2,5)
Impostos Diferidos	(7,3)	-	-	(7,3)	(4,0)	-	2,8	-	(8,5)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(0,4)	(0,4)
Resultado Líquido	40,9	39,1	(0,0)	80,0	4,7	19,7	52,3	(101,0)	55,6

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relacionadas às atividades exploratórias do Upstream

DRE - 9M21 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	2.154,1	1.103,9	(1.097,2)	2.160,9	1.447,0	409,1	0,7	(224,6)	3.793,1
Deduções da Receita Bruta	(227,8)	(150,5)	204,1	(174,2)	(159,8)	(37,8)	(0,1)	20,8	(351,1)
Receita Operacional Líquida	1.926,3	953,5	(893,1)	1.986,7	1.287,3	371,2	0,7	(203,9)	3.442,0
Custos Operacionais	(1.630,7)	(322,8)	893,1	(1.060,4)	(944,5)	(374,6)	(1,2)	203,9	(2.176,8)
Depreciação e amortização	(128,0)	(131,3)	-	(259,2)	(147,3)	-	(0,1)	-	(406,6)
Despesas Operacionais ¹	(34,7)	(95,3)	-	(130,0)	(17,4)	(6,8)	(222,1)	(10,3)	(386,6)
SG&A	(27,1)	(23,6)	-	(50,7)	(16,3)	(6,8)	(202,7)	-	(276,5)
Depreciação e amortização	(7,6)	(7,6)	-	(15,2)	(1,1)	(0,0)	(19,5)	(10,3)	(46,0)
Outras receitas/despesas	3,6	(0,5)	-	3,0	7,5	(0,0)	16,4	0,2	27,0
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	421,0	(421,0)	(0,0)
EBITDA ICVM 527/12	400,1	673,7	0,0	1.073,8	481,3	(10,2)	234,2	(420,8)	1.358,2
Resultado Financeiro Líquido	(36,4)	0,1	-	(36,4)	(87,0)	40,8	48,3	0,0	(34,3)
EBT	228,0	534,9	0,0	762,9	245,9	30,6	263,0	(431,1)	871,3
Impostos Correntes	(12,3)	-	-	(12,3)	(11,5)	-	(54,5)	-	(78,4)
Impostos Diferidos	(33,5)	-	-	(33,5)	(41,3)	(10,5)	(23,7)	-	(109,0)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(0,0)	(0,0)
Resultado Líquido	182,2	534,9	0,0	717,1	193,0	20,1	184,8	(431,1)	683,9

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relacionadas às atividades exploratórias do *Upstream*

DRE - 9M20 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	1.266,1	493,5	(490,9)	1.268,6	822,9	355,7	0,2	(230,8)	2.216,7
Deduções da Receita Bruta	(127,0)	(56,0)	86,7	(96,2)	(89,0)	(32,9)	(0,0)	21,3	(196,8)
Receita Operacional Líquida	1.139,1	437,5	(404,2)	1.172,4	733,9	322,8	0,2	(209,4)	2.019,9
Custos Operacionais	(763,8)	(147,2)	399,7	(511,3)	(473,5)	(300,1)	(1,1)	209,4	(1.076,6)
Depreciação e amortização	(86,5)	(75,5)	5,8	(156,3)	(140,5)	-	(0,0)	-	(296,8)
Despesas Operacionais ¹	(19,7)	(121,0)	-	(140,7)	(16,5)	(4,9)	(135,7)	(10,3)	(308,1)
SG&A	(19,4)	(13,8)	-	(33,1)	(16,0)	(4,9)	(116,4)	-	(170,4)
Depreciação e amortização	(0,3)	(17,6)	-	(17,9)	(0,5)	(0,0)	(19,3)	(10,3)	(48,0)
Outras receitas/despesas	(19,5)	4,8	-	(14,8)	4,7	(0,0)	30,6	0,8	21,3
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	361,4	(369,7)	(8,4)
EBITDA ICVM 527/12	423,0	267,1	(10,3)	679,8	389,5	17,8	274,6	(368,9)	992,9
Resultado Financeiro Líquido	(71,8)	(2,8)	4,5	(70,2)	(148,2)	16,3	(23,3)	(0,0)	(225,4)
EBT	264,3	171,1	0,0	435,5	100,3	34,1	232,1	(379,2)	422,7
Impostos Correntes	(18,0)	-	-	(18,0)	(1,0)	(4,4)	(2,9)	-	(26,2)
Impostos Diferidos	(39,2)	-	-	(39,2)	(36,5)	(0,9)	0,4	-	(76,2)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(0,8)	(0,8)
Resultado Líquido	207,1	171,1	0,0	378,3	62,8	28,8	229,6	(378,4)	321,1

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relacionadas às atividades exploratórias do *Upstream*



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Eneva S.A.

30 de setembro de 2021

Com relatório dos auditores independentes sobre a
revisão das demonstrações financeiras intermediárias

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras individual e consolidada

Balanço Patrimonial – Ativo	3
Balanço Patrimonial – Passivo	4
Demonstrações dos Resultados	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	10
02. Licenças e autorizações	13
03. Apresentação das demonstrações financeiras	13
04. Informações por segmento	14
05. Caixa e equivalentes de caixa	19
06. Títulos e valores mobiliários	19
07. Contas a receber	19
08. Estoques	20
09. Impostos diferidos	20
10. Investimento	23
11. Imobilizado	24
12. Fornecedores	26
13. Empréstimos, financiamentos e debêntures	27
14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	29
15. Provisão para contingências	33
16. Partes relacionadas	34
17. Patrimônio líquido	35
18. Resultado por ação	35
19. Plano de pagamento baseado em ações	36
20. Receita de venda de bens e/ou serviços	37
21. Custos e despesas por natureza	38
22. Resultado financeiro	40

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	742.494	275.334	1.504.156	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	6	203.016	144.570	516.503	511.317
Contas a receber	7	2.432	1.413	810.739	700.964
Estoques	8	49.895	45.277	307.976	179.015
Despesas antecipadas		13.390	7.042	53.586	29.411
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		65.467	22.039	117.623	73.022
Outros impostos a recuperar		5.924	6.949	23.099	19.846
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	341	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	16	79.083	62.192	-	-
Mútuos com partes relacionadas	16	323.765	186.692	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	16	205.455	140.802	-	-
Adiantamentos a fornecedores		2.500	2.171	23.531	23.070
Outros		1.865	2.229	7.185	8.824
		1.695.286	896.710	3.364.739	2.930.402
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Operações comerciais com partes relacionadas	16	172.174	139.355	51	51
Mútuos com partes relacionadas	16	1.357.704	1.486.755	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		531	531	5.630	6.233
Outros impostos a recuperar	21h	138.010	109.996	148.593	110.243
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	479.494	503.142	780.499	865.059
Outros		2.592	1.976	4.993	11.255
		2.150.505	2.241.755	939.766	992.841
Investimentos	10	6.143.394	6.287.200	9.607	9.633
Imobilizado	11	2.824.166	2.413.979	12.190.071	10.946.675
Intangível		918.527	898.610	1.342.133	1.338.545
		12.036.592	11.841.544	14.481.577	13.287.694
		13.731.878	12.738.254	17.846.316	16.218.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Balanço Patrimonial

Continuação

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	95.870	44.523	724.593	492.456
Empréstimos e financiamentos	13	15.580	15.613	60.052	19.193
Debêntures	13	54.834	11.886	209.833	118.520
Arrendamento	11b	26.053	25.720	41.394	34.729
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		55.098	4.394	70.810	36.998
Outros impostos a recolher		54.233	41.612	77.917	67.086
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	2.391
Obrigações sociais e trabalhistas		23.861	34.643	42.876	49.070
Participações nos lucros		35.579	51.255	52.611	78.947
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	13.754	12.455
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico		-	-	47.524	82.603
Provisão - custo de ressarcimento		-	-	60.526	64.445
Outras obrigações		44	4.074	3.663	7.046
		361.152	233.720	1.405.553	1.065.939
Não circulante					
Fornecedores	12	54	2.338	25.348	44.382
Empréstimos e financiamentos	13	53.069	64.605	1.761.760	1.311.099
Debêntures	13	4.485.008	4.273.366	5.716.897	5.593.853
Arrendamento	11b	47.034	42.614	108.768	66.239
Operações comerciais com partes relacionadas	16	106.114	105.629	169	168
Provisão para passivo a descoberto		4.301	4.298	-	-
Provisão para contingências	15	4.692	6.871	92.586	92.603
Provisão de abandono		95.128	70.650	100.889	75.109
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	-	-	57.173	32.692
Outras obrigações		-	-	5.272	5.272
		4.795.400	4.570.371	7.868.862	7.221.417
Total do Passivo		5.156.552	4.804.091	9.274.415	8.287.356
Patrimônio líquido					
Capital social	17	8.888.979	8.848.409	8.888.979	8.848.409
Ações em tesouraria		(4.810)	-	(4.810)	-
Reserva de capital		14.667	25.418	14.667	25.418
Reserva de incentivos fiscais		253.071	253.071	253.071	253.071
Outros resultados abrangentes		13.912	10.775	13.912	10.775
Prejuízos acumulados		(590.493)	(1.203.510)	(590.493)	(1.203.510)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		8.575.326	7.934.163	8.575.326	7.934.163
Participações de acionistas não controladores		-	-	(3.425)	(3.423)
Total do patrimônio líquido		8.575.326	7.934.163	8.571.901	7.930.740
		13.731.878	12.738.254	17.846.316	16.218.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados

Para os períodos de 3 e 9 meses findos em
30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020	Noves meses findos em 30/09/2021	Noves meses findos em 30/09/2020	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020	Noves meses findos em 30/09/2021	Noves meses findos em 30/09/2020
Receita de venda de bens e/ou serviços	20	465.660	125.913	953.466	427.154	1.528.094	562.028	3.441.990	2.019.802
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	21	(145.276)	(47.852)	(322.810)	(147.218)	(1.019.007)	(308.674)	(2.176.847)	(1.076.598)
Resultado bruto		320.384	78.061	630.656	279.936	509.087	253.354	1.265.143	943.204
Despesas/receitas operacionais									
Gerais e administrativas	21	(101.571)	(91.331)	(312.430)	(243.939)	(124.089)	(112.928)	(386.591)	(308.100)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	130	15.836	16.331	31.929	(2.023)	22.944	27.045	21.341
Resultado de equivalência patrimonial	10	153.447	63.542	380.662	279.829	117	(1.141)	(15)	(8.361)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		372.390	66.108	715.219	347.755	383.092	162.229	905.582	648.084
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	22	59.591	23.567	139.514	95.185	142.480	57.356	174.851	149.457
Despesas financeiras	22	(39.085)	(37.234)	(92.749)	(119.459)	(85.938)	(153.400)	(209.138)	(374.844)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		392.896	52.441	761.984	323.481	439.634	66.185	871.295	422.697
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro									
Corrente	9	(25.156)	314	(54.455)	(2.786)	(34.662)	(2.518)	(78.376)	(26.235)
Diferido	9	(5.121)	2.804	(23.648)	404	(42.369)	(8.484)	(109.040)	(76.191)
Lucro líquido do período		362.619	55.559	683.881	321.099	362.603	55.183	683.879	320.271
Atribuído a sócios da empresa controladora		362.619	55.559	683.881	321.099	362.619	55.559	683.881	321.099
Atribuído a sócios não controladores		-	-	-	-	(16)	(376)	(2)	(828)
Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)									
Lucro líquido básico por ação	18	-	-	-	-	0,28655	0,04399	0,54041	0,25422
Lucro líquido diluído por ação	18	-	-	-	-	0,28427	0,04373	0,53612	0,25271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado abrangente

Para os períodos de 3 e 9 meses findos em
30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020
Lucro líquido do período	362.619	55.559	683.881	321.099	362.603	55.183	683.879	320.271
Outros resultados abrangentes								
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado								
Ajustes acumulados de conversão	251	(4.002)	406	14.792	251	(4.002)	406	14.792
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	6.954	-	-	-	6.954
Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	251	(4.002)	406	21.746	251	(4.002)	406	21.746
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado								
Ganho (Perda) com derivativos	(54)	(6.676)	2.731	16.479	(54)	(6.676)	2.731	16.479
Total do resultado abrangente do período	362.816	44.881	687.018	359.324	362.800	44.505	687.016	358.496
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	362.816	44.881	687.018	359.324	362.816	44.881	687.018	359.324
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-	(16)	(376)	(2)	(828)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Ações em Tesouraria	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Reserva de Incentivo Fiscal					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	8.834.907	-	15.640	110.725	9.541	(2.068.379)	6.902.434	(2.353)	6.900.081
Aumento de capital	10.314	-	(10.314)	-	-	-	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	321.099	321.099	(828)	320.271
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	17.101	-	-	-	17.101	-	17.101
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão de moeda estrangeira do período	-	-	-	-	14.792	-	14.792	-	14.792
Ajuste de avaliação patrimonial do ativo mantido p/venda	-	-	-	-	6.954	-	6.954	-	6.954
Ganhos com derivativos	-	-	-	-	16.479	-	16.479	-	16.479
Saldo em 30 de setembro 2020	8.845.221	-	22.427	110.725	47.766	(1.747.280)	7.278.859	(3.181)	7.275.678
Saldo em 1º de janeiro de 2021	8.848.409	-	25.418	253.071	10.775	(1.203.510)	7.934.163	(3.423)	7.930.740
Aumento de capital de opções de ações outorgadas pela companhia	40.570	-	(40.570)	-	-	-	-	-	-
Programa de recompra de ações	-	(75.674)	1.354	-	-	-	(74.320)	-	(74.320)
Transações com pagamentos baseados em ações	-	70.864	-	-	-	(70.864)	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	683.881	683.881	(2)	683.879
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	28.465	-	-	-	28.465	-	28.465
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão de moeda estrangeira do período	-	-	-	-	406	-	406	-	406
Ganhos com derivativos	-	-	-	-	2.731	-	2.731	-	2.731
Saldo em 30 de setembro 2021	8.888.979	(4.810)	14.667	253.071	13.912	(590.493)	8.575.326	(3.425)	8.571.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para o período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	761.984	323.481	871.295	422.697
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	156.356	102.184	452.611	344.787
Baixa de Imobilizado e Intangível	-	-	483	21.440
Resultado de equivalência patrimonial	(380.662)	(279.829)	15	8.361
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	38.761	10.673	38.761	10.673
Resultado financeiro líquido	(41.639)	15.729	68.470	149.586
Provisão para contingências	(1.933)	(16.904)	(30)	(25.639)
Amortização de custo de captação	2.074	5.413	6.010	17.838
	534.941	160.747	1.437.615	949.743
Aumento nos ativos /Aumento nos passivos operacionais:				
Adiantamentos a fornecedores	(329)	2.549	(461)	56.858
Despesas antecipadas	(6.348)	(4.713)	(16.869)	(31.799)
Contas a receber	(1.019)	332	(69.852)	398.068
Impostos a recuperar	(71.874)	5.633	(75.061)	(6.599)
Depósitos vinculados	-	(331)	-	(294)
Estoque	(4.618)	(9.221)	(128.961)	(114.483)
Impostos, taxas e contribuições	42.434	(22.142)	28.631	(7.155)
Fornecedores	(107.806)	22.030	(144.011)	(239.454)
Obrigações sociais e trabalhistas	(26.458)	(14.450)	(32.530)	(13.621)
Mútuos	106.949	(578.407)	-	(2.457)
Operações comerciais com partes relacionadas	(96.987)	107.451	1	5.816
Recebimentos antecipados – Conta de Consumo de Combustível	-	-	-	20.216
Outros ativos e passivos	16.618	(3.087)	6.081	1.622
	(149.438)	(494.356)	(433.032)	66.718
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(33.564)	(9.197)	(62.364)	(34.797)
Dividendos recebidos	279.368	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	631.307	(342.806)	942.219	981.664
Fluxo caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(184.268)	(221.266)	(861.430)	(1.557.099)
(Aporte) / redução de capital em investida	307.986	(871.620)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(91.043)	(616.798)	-	-
Recebimento pela venda de participação em controladas	-	18.782	-	18.782
Títulos e valores mobiliários	(47.134)	109.177	33.868	137.862
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) nas atividades de investimentos	(14.459)	(1.581.725)	(827.562)	(1.400.455)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento do passivo de arrendamento	(21.130)	(30.296)	(42.112)	(39.266)
Recompra de ações próprias	-	-	(74.319)	-
Captações de financiamentos	-	2.097.968	480.872	2.591.657
Amortizações do principal - financiamentos	(11.586)	(98.657)	(61.396)	(888.309)
Juros pagos	(116.972)	(71.525)	(222.825)	(202.549)
Custos de captações	-	(58.603)	-	(77.623)
Depósitos vinculados	-	-	(75.654)	(79.031)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) nas atividades de financiamentos	(149.688)	1.838.887	4.566	1.304.879
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	467.160	(85.644)	119.223	886.088
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	275.334	1.006.475	1.384.933	1.517.583
No fim do período	742.494	920.831	1.504.156	2.403.671
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	467.160	(85.644)	119.223	886.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para o período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receitas	1.103.935	501.263	3.876.968	2.275.252
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.103.935	483.134	3.773.900	2.214.538
Outras receitas	-	18.129	103.068	60.714
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(147.653)	(159.992)	(1.600.607)	(770.578)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(146.986)	(157.755)	(913.149)	(627.027)
Insumos de geração	-	-	(686.695)	(138.056)
Perda e recuperação de valores ativos	(667)	(2.237)	(763)	(5.495)
Valor adicionado bruto	956.282	341.271	2.276.361	1.504.674
Depreciação e amortização	(156.356)	(102.184)	(452.611)	(344.787)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	799.926	239.087	1.823.750	1.159.887
Valor adicionado recebido em transferência	548.278	401.208	174.836	141.096
Resultado de equivalência patrimonial	380.662	279.829	(15)	(8.361)
Receitas financeiras	101.805	64.609	173.779	145.064
Juros sobre operações de mútuos e Debêntures	37.698	29.898	9	649
Serviços compartilhados	28.102	26.194	-	-
Outros	11	678	1.063	3.744
Valor adicionado total a distribuir	1.348.204	640.295	1.998.586	1.300.983
Distribuição do valor adicionado	1.348.204	640.295	1.998.586	1.300.983
Pessoal	131.206	94.061	250.997	196.691
Remuneração direta	85.567	55.751	174.309	131.749
Benefícios	39.782	34.917	66.131	57.575
FGTS e contribuições	5.857	3.393	10.557	7.367
Impostos, taxas e contribuições	443.846	103.703	844.722	400.111
Federal	259.377	64.610	623.058	338.762
Estadual	50.304	11.999	54.152	14.203
Municipal	636	904	679	1.054
Taxas e contribuições	133.529	26.190	166.833	46.092
Remuneração capital de terceiros	89.271	121.432	218.988	383.910
Juros de empréstimos e debêntures	54.755	57.581	114.824	121.382
Outras despesas financeiras	29.035	35.876	46.836	163.524
Variação Cambial e monetária	2.564	23.230	36.764	84.390
Aluguéis	5.263	4.744	17.551	14.536
Outros	(2.346)	1	3.013	78
Remuneração de capital próprio	683.881	321.099	683.879	320.271
Lucro líquido do período	683.881	321.099	683.881	321.099
Lucro (Prejuízo) do período atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(2)	(828)
	1.348.204	640.295	1.998.586	1.300.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional *

SUMÁRIO 

A Eneva S.A. (a “Companhia” ou o “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “ENEV3”, com sede no município e estado do Rio de Janeiro, que atua na geração e comercialização de energia elétrica e na exploração e produção (E&P) de gás natural, no Brasil.

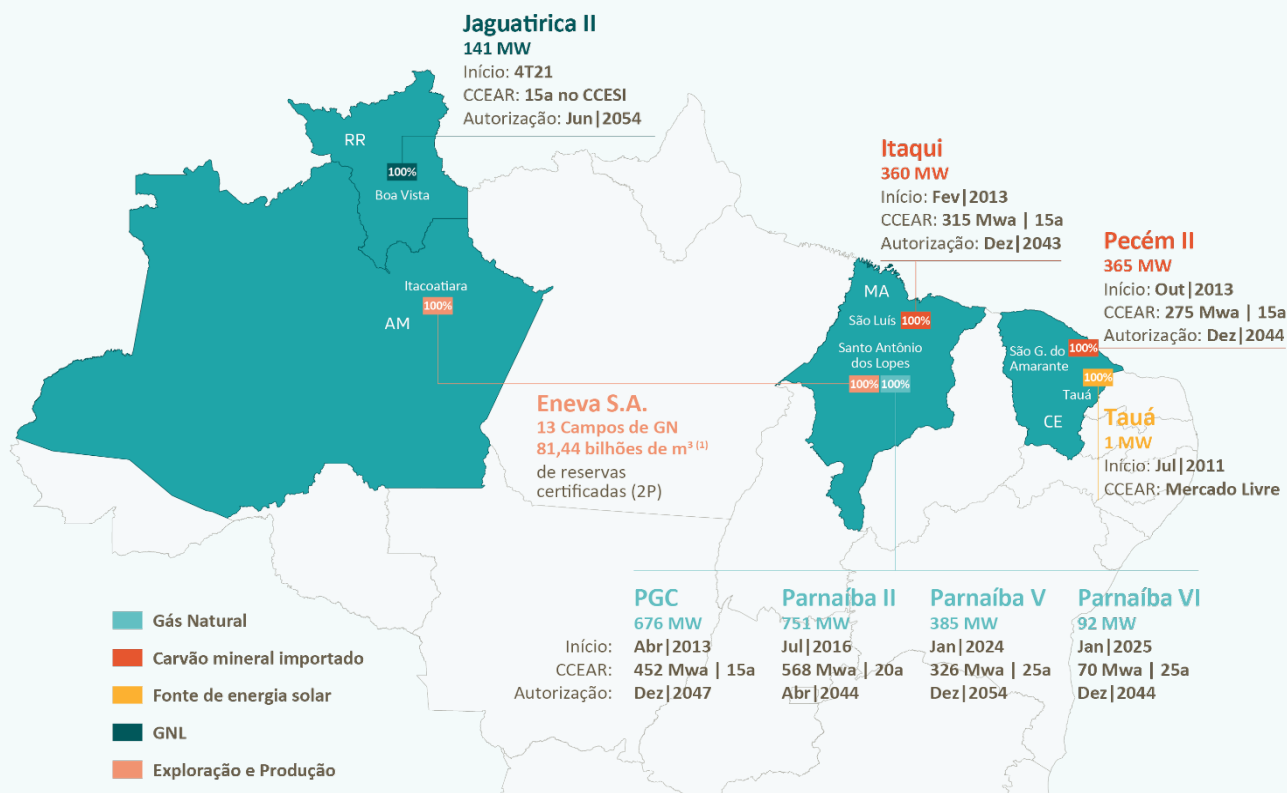
A Eneva tem um parque de geração térmica com 2,8 GW de capacidade contratada (78% operacional), sendo 2,0 GW a gás natural (74%) e 725 MW a carvão mineral (26%). É a segunda maior empresa em capacidade térmica do país, responsável por 9% da capacidade térmica a gás nacional instalada.

Atualmente, a Companhia possui treze campos aptos a produzir, sendo onze declarados comerciais e dois adquiridos

a partir de rodada licitatória ou processo de cessão. Desses, seis estão em produção, sendo cinco destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no estado do Maranhão (“Complexo Parnaíba”), assumindo assim um compromisso de produção de 8,4 milhões de m³/dia; e um no Amazonas em viabilização para abastecimento da termelétrica de UTE Jaguatirica, em Roraima.

A Eneva é a maior operadora privada de gás natural do Brasil e possui uma área exploratória total superior a 64 mil km² localizada na Bacia do Parnaíba, no estado do Maranhão, na Bacia do Amazonas e Solimões, no estado do Amazonas, e na Bacia do Paraná, localizada entre os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Empreendimentos



(*) Informações operacionais referentes a capacidade instalada, capacidade contratada, produção e área não são revisadas por auditor independente

1.1 Eventos significativos do período

Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos

A pandemia permanece impondo enormes desafios para a sociedade, principalmente com relação à segurança da economia.

A Companhia permanece atenta à evolução da pandemia, mantendo todas as medidas para preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores (próprios e terceiros) e apoiando as comunidades nas localidades onde atua. Como forma de contribuir para o combate ao vírus, a Companhia continua realizando ações de forma voluntária para auxiliar as famílias em situação de maior vulnerabilidade e os profissionais de saúde das localidades de atuação com foco em medidas preventivas. Neste trimestre, mantivemos as doações de kits de higiene pessoal, kits de limpeza, cestas básicas, medicamentos. Além dessas ações, a Companhia mantém a prática de *home office* para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores. A Companhia continuará atenta às orientações dos órgãos competentes e adotará as medidas recomendadas com foco na saúde dos colaboradores e sociedade.

(a) Reconhecimento de receita e avaliação de perdas de créditos

A Companhia permanece sem identificar impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais oriundas do segmento de geração de energia (térmicas a gás e térmicas a carvão), até o presente momento. Também não identificou alteração na matriz de risco que impactasse a probabilidade de realização do seu recebível atrelado a esse segmento, conforme estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Com relação à receita do segmento de comercialização de energia, a Companhia adotou, desde o início da pandemia, critérios rígidos para avaliar o risco de crédito das contrapartes. Por isso, a Companhia não está realizando operações com agentes que possam ser afetados pelo COVID-19. Além disso, estão sendo exigidas garantias adicionais para que novos negócios sejam realizados. Dessa forma, também não foi identificada pela Companhia alteração na matriz de risco que impactasse o reconhecimento de receita, bem como a probabilidade de realização desse recebível, conforme estabelecido no IFRS15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e no IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia revisou e atualizou as premissas utilizadas no modelo de cálculo do valor presente líquido (“VPL”) dos contratos bilaterais para marcação a mercado e não identificou alteração que impactasse estas demonstrações intermediárias.

(b) Avaliação de indicativo de *impairment* de ativos não financeiros e de recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos

A Companhia realiza, constantemente, o acompanhamento das principais premissas operacionais e macroeconômicas, tendo concluído que não houve alteração do cenário base projetado e avaliado em 31 de dezembro de 2020. Portanto, não identificamos evidências de que os ativos estivessem registrados por valores acima do seu valor recuperável.

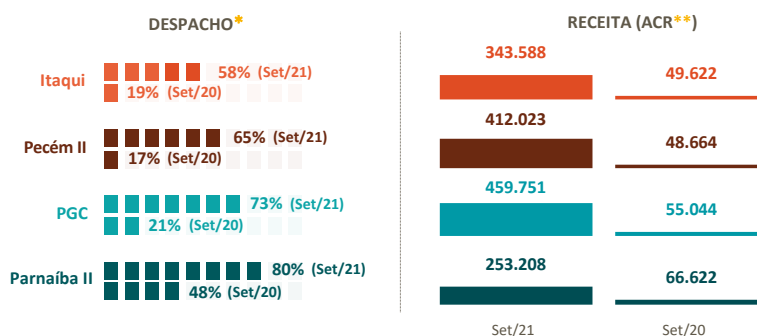
(c) Projetos em construção

Os projetos em construção Parnaíba V e Termelétrica Jaguatirica II estão previstos para iniciarem suas operações no primeiro semestre de 2022. A implantação da usina termelétrica Jaguatirica II teve seu cronograma de implantação revisto e aprovado pela ANEEL em Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada no dia 27 de julho de 2021. A postergação do termo inicial do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados (“CCESI”) passou de 28 de junho de 2021 para 27 de janeiro de 2022 ou a data de efetivo início da operação comercial da usina, o que ocorrer primeiro. O prazo de suprimento do CCESI manteve-se inalterado, com a consequente postergação de seu termo final de 27 de junho de 2036 para 26 de janeiro de 2037.

Inauguramos no dia 27 de setembro de 2021, a Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Azulão, que faz parte do projeto integrado Azulão-Jaguatirica e está localizada no município de Silves, no interior do Amazonas. O gás produzido em Azulão é liquefeito e transportado em carretas com tanques criogênicos até Boa Vista (RR), onde abastece a usina de Jaguatirica II, que vai gerar energia suficiente para atender cerca de 70% do estado de Roraima.

Operacional e financeiro *

Diante da declaração de que o país passa pela pior crise hidrológica desde 1930 pelo Operador Nacional do Sistema (ONS.), observou-se o aumento da geração térmica. Dessa forma, houve aumento na curva de despacho das usinas da Companhia ao longo do período, gerando reflexos nos resultados operacionais do trimestre.



* Informações não revisadas por auditor independente.

** Receita vinculada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), ou seja, varia principalmente de acordo com o despacho.

Em agosto de 2021, de forma extraordinária, a Eneva divulgou um novo relatório de certificação de reservas e recursos contingentes, referente a 30 de junho de 2021. Nesse novo relatório, foram avaliadas exclusivamente as reservas do Campo de Azulão e os recursos contingentes de determinados campos e áreas localizados na Bacia do Amazonas e Bacia do Solimões adquiridos no 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente (OP) da ANP. A opção por fazer uma nova certificação incluindo esses novos ativos levou em consideração a ampliação planejada da capacidade de geração térmica a gás natural no Brasil, e a aceitação de recursos contingentes de gás para fins de comprovação de combustível no processo de habilitação de novos projetos em leilões de energia. Como resultado da nova avaliação realizada pela certificadora, foram divulgados os seguintes volumes:

- **Campo de Azulão:** incremento de reservas certificadas (2P) de gás totais do campo em 0,5 bilhão de m³, após a incorporação das informações do bloco AM-T-85, adquirido no 2º Ciclo da OP, que apontaram o aumento dos volumes originais de gás dentro da área do campo;
- **Blocos AM-T-84 e AM-T-85 (Bacia do Amazonas):** recursos contingentes totais de gás de 5,84 bilhões de m³ e de óleo de 4,23 milhões de barris, ambos P50. A certificação de recursos foi apoiada na possibilidade de extensão dos volumes de gás de Azulão para o bloco adjacente (AM-T-85) e na incorporação de volumes de gás e óleo do poço 1-BRSA-1293-AM, no Bloco AM-T-84;
- **Área de Juruá (Bacia do Solimões):** recursos contingentes de 20,85 bilhões de m³ de gás (P50), calculada com base em simulações de reservatórios para obtenção dos fatores de recuperação e dos perfis de produção.

Cabe destacar que os reflexos contábeis relativos a esse incremento de reservas contingentes serão prospectivos (a partir da declaração de comercialidade dessas áreas).

Adicionalmente, em 23 de setembro de 2021, a Companhia firmou um acordo de exclusividade e preferência com o Grupo Vale Azul Participações Ltda. (“GVA”) e a Tepor – Terminal Portuário de Macaé Ltda., visando a formação de uma subsidiária entre a Eneva e o GVA, a fim de desenvolver, gerenciar e explorar o projeto Tepor. A transação está condicionada à realização de estudos técnicos e à avaliação da viabilidade financeira do projeto pela Eneva, que decidirá, a seu exclusivo critério, pela assinatura de acordos definitivos. Caso a transação seja efetivada, a Eneva será acionista controlador, detendo 65% do total de ações, e o GVA deterá 35%.



Troféu Transparência

Em agosto, a Eneva sagrou-se pela primeira vez, entre duas mil empresas, uma das vencedoras do “Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC – FIECAFI”. O prêmio é concedido pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) com o objetivo de reconhecer as melhores práticas contábeis, avaliando a transparência, objetividade e relevância das informações prestadas ao mercado.

Essa é uma premiação muito importante, pois reconhece o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança na divulgação das Demonstrações Financeiras.

2. Licenças e autorizações



No 3º trimestre de 2021, destaca-se a emissão de licenças relevantes para a Companhia. Foram autorizadas as operações em Azulão, com emissão da licença de operação para a UTG Azulão, sinalizando o bom andamento das obras referentes ao Projeto integrado Azulão-Jaguatirica. Ainda no Amazonas, dois poços exploratórios foram autorizados como parte da campanha prevista para 2021. Destaca-se a renovação da

licença de operação referente a UTE Pecém II no Ceará e licença de operação para UTE Parnaíba I. Ainda nesse período, foi emitida a licença de operação para a UTE Parnaíba V, atualmente em fase final de instalação. Além disso, destaca-se a manutenção de todas as licenças e autorizações ambientais, comprovando o bom cumprimento dos programas socioambientais necessários às operações da Eneva.

3. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias



As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo as mesmas políticas contábeis, julgamentos críticos de estimativas, princípios, métodos de cálculo e critérios uniformes em relação àqueles adotados para a elaboração das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto com estas.

Com o objetivo de apresentar apenas aspectos relevantes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, não estamos apresentando as notas explicativas descritas abaixo, que foram divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício

findo em 31 de dezembro de 2020, já que não sofreram atualizações significativas no período.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na análise histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas
Estimativas e julgamentos contábeis críticos	5
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Intangível	11
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	14
Provisão para abandono	16
Cobertura de seguros	20
Compromissos assumidos	28
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	29
Provisão - custo de ressarcimento	25 (e)
	25 (f)

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 1 de novembro de 2021 e pelo Conselho de Administração em 4 de novembro de 2021.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias individuais estão de acordo com o CPC 21 (R1) e as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia estão de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, da mesma forma que a apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações financeiras intermediárias - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto dessas demonstrações financeiras intermediárias.

Na apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais, os custos relativos às debêntures emitidas pela Eneva S.A. (3ª série), que têm por finalidade a construção do projeto Parnaíba V, estão registrados na conta de “investimento em controladas”, em consonância ao parágrafo 8º, do CPC 43 – adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, esses custos são apresentados na conta de “imobilizado”. Desse modo, não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado.

Adicionalmente, as ações da Eneva S.A. que foram adquiridas pela controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A., para realização do programa de recompra de ações da Companhia, estão registradas no patrimônio líquido individual e consolidado de forma reflexa.

Dessa forma, essa operação também não gera diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado, em consonância ao parágrafo 8º, do CPC 43 – adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas e coligadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que é o Real (“R\$”), exceto em relação à controlada Parnaíba BV que utiliza o Dólar (“USD”), cuja moeda funcional é diferente da apresentação e sua conversão segue os mesmos critérios utilizados em 31 de dezembro de 2020.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou, sem impactos significativos, as alterações ao “CPC 06 (R2) – Arrendamentos” e ao “CPC 48 – Instrumentos Financeiros”, nos termos da revisão de pronunciamentos técnicos nº 17, a partir de 1º de janeiro de 2021.

4. Informações por segmento ⁽¹⁾



A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, sendo: (i) térmicas a gás, (ii) *upstream*, (iii) térmicas a carvão, (iv) comercialização de energia e (v) holding e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Diretoria Executiva da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas, são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento.

Segue abaixo descrição dos segmentos:

i. Térmicas a gás

Fazem parte deste segmento as controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., compondo o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. O referido complexo possui capacidade total instalada de, aproximadamente, 1,4 GW e terá a capacidade de 2,0 GW a partir da conclusão das obras de fechamento de ciclo, conhecido como projeto Parnaíba V, com previsão de conclusão para o 1º semestre de 2022 e projeto Parnaíba VI, que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (“Parnaíba II”), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW, com conclusão prevista para o 1º semestre de 2025.

Todo o complexo está conectado ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Adicionalmente, o segmento de geração térmica a gás conta com o projeto Azulão-Jaguatirica, com capacidade instalada de 132,3 MW, em implantação na cidade de Boa Vista, estado de Roraima, com previsão de conclusão para o 1º trimestre de 2022. O projeto está situado em sistema isolado.

ii. *Upstream*

Nesse segmento, a Companhia opera 24 blocos exploratórios e 13 campos aptos à produção de gás natural nas Bacias do Parnaíba, Amazonas e Solimões, totalizando contratos de concessão para exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em mais de 64.000 km².

A Companhia possui compromisso de produção de 8,4 milhões de m³ de gás natural por dia, totalmente destinados ao abastecimento do Complexo do Parnaíba, consolidando o modelo *Reservoir-to-Wire* (“R2W”), implementado de forma pioneira no país. Esse segmento é composto pelas Companhias Eneva S.A. e Parnaíba B.V.

iii. Térmicas a carvão

Esse segmento é composto pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A., que possui capacidade instalada de 360 MW, localizada no estado do Maranhão, conectada ao Subsistema Norte, e Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 365 MW, localizada no estado do Ceará, conectada ao Subsistema Nordeste, ambas com transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iv. Comercialização de energia

Nesse segmento, ocorre a comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), obrigatoriamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio da controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda.

v. Holding e outros

Esse segmento é composto pela Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos.

A seguir são apresentados, por segmento, o balanço patrimonial na data base de 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, e as demonstrações de resultados na data base de 30 de setembro de 2021 e 2020.

⁽¹⁾ As informações referentes a capacidade instalada e aos blocos exploratórios e campos não são revisadas por auditores independentes.

Contas patrimoniais 30/09/2021:

	Geração a Gás Natural					Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado								
Total do ativo	7.027.540	7.968.769	(561.534)	14.434.775	4.874.203	-	4.874.203	153.822	302.214	(1.918.698)	17.846.316	
Circulante	1.078.872	1.792.570	(332.682)	2.538.760	1.067.636	-	1.067.636	119.416	67.670	(428.743)	3.364.739	
Caixa e equivalentes	525.784	742.537	-	1.268.321	203.169	-	203.169	4.618	28.048	-	1.504.156	
Contas a receber	329.110	103.569	(97.929)	334.750	367.882	-	367.882	107.595	512	-	810.739	
Estoque	38.172	49.895	-	88.067	219.898	-	219.898	-	11	-	307.976	
Outros ativos	185.806	896.569	(234.753)	847.622	276.687	-	276.687	7.203	39.099	(428.743)	741.868	
Não circulante	5.948.668	6.176.199	(228.852)	11.896.015	3.806.567	-	3.806.567	34.406	234.544	(1.489.955)	14.481.577	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.992	479.495	-	494.487	252.853	-	252.853	33.121	38	-	780.499	
Imobilizado e intangível	5.899.006	3.347.266	-	9.246.272	3.544.231	-	3.544.231	163	110.072	631.466	13.532.204	
Outros ativos	34.670	2.349.438	(228.852)	2.155.256	9.483	-	9.483	1.122	124.434	(2.121.421)	168.874	
Total do passivo	7.027.540	7.968.769	(561.534)	14.434.775	4.874.203	-	4.874.203	153.822	302.214	(1.918.698)	17.846.316	
Circulante	991.954	441.997	(446.404)	987.547	882.032	-	882.032	67.738	5.630	(537.394)	1.405.553	
Empréstimos	44.472	15.580	-	60.052	-	-	-	-	-	-	60.052	
Debêntures	154.999	54.834	-	209.833	-	-	-	-	-	-	209.833	
Outros passivos	792.483	371.583	(446.404)	717.662	882.032	-	882.032	67.738	5.630	(537.394)	1.135.668	
Não circulante	3.096.256	4.714.391	(115.130)	7.695.517	1.406.791	-	1.406.791	3.734	143.882	(1.381.062)	7.868.862	
Empréstimos	1.708.690	53.070	-	1.761.760	-	-	-	-	-	-	1.761.760	
Debentures	1.231.888	4.485.009	-	5.716.897	-	-	-	-	-	-	5.716.897	
Outros passivos	155.678	176.312	(115.130)	216.860	1.406.791	-	1.406.791	3.734	143.882	(1.381.062)	390.205	
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.425)	-	(3.425)	
Patrimônio líquido	2.939.330	2.812.381	-	5.751.711	2.585.380	-	2.585.380	82.350	156.127	(242)	8.575.326	

Contas patrimoniais 31/12/2020:

	Geração a Gás Natural				Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado							
Total do ativo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096
Circulante	1.535.381	994.754	(300.994)	2.229.141	722.828	-	722.828	102.133	73.753	(197.453)	2.930.402
Caixa e equivalentes	918.719	275.380	-	1.194.099	170.994	-	170.994	9.638	10.202	-	1.384.933
Contas a receber	415.149	99.741	(97.999)	416.891	248.329	-	248.329	35.744	-	-	700.964
Estoque	25.227	45.277	-	70.504	108.501	-	108.501	-	10	-	179.015
Outros ativos	176.286	574.356	(202.995)	547.647	195.004	-	195.004	56.751	63.541	(197.453)	665.490
Não circulante	5.068.312	5.122.663	(167.640)	10.023.335	3.975.968	(2.954)	3.973.014	53.852	759.283	(1.521.790)	13.287.694
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.092	503.142	-	527.234	294.190	-	294.190	43.599	36	-	865.059
Imobilizado e intangível	5.003.927	2.901.954	-	7.905.881	3.669.441	-	3.669.441	198	111.697	598.003	12.285.220
Outros ativos	40.293	1.717.567	(167.640)	1.590.220	12.337	(2.954)	9.383	10.055	647.550	(2.119.793)	137.415
Total do passivo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096
Circulante	804.714	332.106	(358.597)	778.223	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	1.065.939
Empréstimos	3.580	15.613	-	19.193	-	-	-	-	-	-	19.193
Debêntures	106.634	11.886	-	118.520	-	-	-	-	-	-	118.520
Outros passivos	694.500	304.607	(358.597)	640.510	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	928.226
Não circulante	2.669.600	4.472.445	(110.037)	7.032.008	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	7.221.417
Empréstimos	1.246.493	64.606	-	1.311.099	-	-	-	-	-	-	1.311.099
Debêntures	1.320.488	4.273.365	-	5.593.853	-	-	-	-	-	-	5.593.853
Outros passivos	102.619	134.474	(110.037)	127.056	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	316.465
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.423)	-	(3.423)
Patrimônio líquido	3.129.379	1.312.866	-	4.442.245	2.696.844	-	2.696.844	112.216	682.858	-	7.934.163

30/09/2021

Geração a Gás Natural

	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
Demonstração do resultado											
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.926.309	953.466	(893.078)	1.986.697	1.287.261	-	1.287.261	371.227	660	(203.855)	3.441.990
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.630.661)	(322.810)	893.078	(1.060.393)	(944.489)	-	(944.489)	(374.605)	(1.215)	203.855	(2.176.847)
Gerais e administrativas	(34.734)	(249.016)	(3.422)	(287.172)	(17.366)	-	(17.366)	(6.814)	(826)	(10.269)	(322.447)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.559	16.225	-	19.784	7.488	-	7.488	-	(382)	155	27.045
Despesas com exploração e poço seco	-	(64.144)	-	(64.144)	-	-	-	-	-	-	(64.144)
Resultado de equivalência patrimonial	-	380.767	(156.210)	224.557	125.469	(125.469)	-	-	40.188	(264.760)	(15)
Receitas financeiras	29.127	100.177	-	129.304	40.663	-	40.663	40.891	1.682	(37.689)	174.851
Despesas financeiras	(65.564)	(53.360)	-	(118.924)	(127.703)	-	(127.703)	(88)	(112)	37.689	(209.138)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	(45.873)	(78.103)	-	(123.976)	(52.852)	-	(52.852)	(10.478)	(110)	-	(187.416)
Lucro (Prejuízo) do período	182.163	683.202	(159.632)	705.733	318.471	(125.469)	193.002	20.133	39.885	(274.874)	683.879
Atribuído a sócios da empresa controladora	182.163	683.202	(159.632)	705.733	318.471	(125.469)	193.002	20.133	39.885	(274.872)	683.881
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)

30/09/2020

Geração a Gás Natural

	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
Demonstração do resultado											
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.139.110	437.414	(404.181)	1.172.343	733.871	-	733.871	322.840	177	(209.429)	2.019.802
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(763.758)	(147.218)	399.689	(511.287)	(473.489)	-	(473.489)	(300.137)	(1.114)	209.429	(1.076.598)
Gerais e administrativas	(19.673)	(162.346)	-	(182.019)	(16.514)	-	(16.514)	(4.898)	(4.702)	(10.269)	(218.402)
Outras receitas (despesas) operacionais	(19.516)	28.787	-	9.271	4.661	-	4.661	-	6.601	808	21.341
Despesas com exploração e poço seco	-	(89.698)	-	(89.698)	-	-	-	-	-	-	(89.698)
Resultado de equivalência patrimonial	-	289.615	(156.145)	133.470	17.581	(17.581)	-	-	71.757	(213.588)	(8.361)
Receitas financeiras	12.583	55.439	(2.759)	65.263	96.458	-	96.458	16.292	1.265	(29.821)	149.457
Despesas financeiras	(84.421)	(82.555)	7.251	(159.725)	(244.690)	-	(244.690)	13	(263)	29.821	(374.844)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	(57.196)	(2.382)	-	(59.578)	(37.469)	-	(37.469)	(5.305)	(74)	-	(102.426)
Lucro (Prejuízo) do período	207.129	327.056	(156.145)	378.040	80.409	(17.581)	62.828	28.805	73.647	(223.049)	320.271
Atribuído a sócios da empresa controladora	207.129	327.056	(156.145)	378.040	80.409	(17.581)	62.828	28.805	73.647	(222.221)	321.099
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(828)	(828)

Receita bruta entre segmentos e clientes

	30/09/2021			30/09/2020		
	Receita Bruta Total do Segmento (a)	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes	Receita Bruta Total do Segmento	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes
Térmicas a gás	2.154.114	188.976	1.965.138	1.266.090	53.301	1.212.789
Upstream	1.103.935	1.097.194	6.741	483.134	480.652	2.482
Carvão	1.447.044	-	1.447.044	822.875	-	822.875
Comercializadora de energia	409.066	35.658	373.408	355.747	177.475	178.272
Holding e outros	725	-	725	195	-	195
Total	5.114.884	1.321.828	3.793.056	2.928.041	711.428	2.216.613

* Receita eliminada para fins de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas

(a) Análise da receita bruta total do segmento - por categoria

	30/09/2021						Total
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás (a)	1.001.800	712.960	439.354	-	-	-	2.154.114
Upstream	-	-	-	218.829	308.225	576.881	1.103.935
Carvão	651.536	755.611	39.897	-	-	-	1.447.044
Comercializadora de energia (b)	-	-	409.066	-	-	-	409.066
Holding e outros	-	-	725	-	-	-	725
Total	1.653.336	1.468.571	889.042	218.829	308.225	576.881	5.114.884

	30/09/2020						Total
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás	955.530	121.665	188.895	-	-	-	1.266.090
Upstream	-	-	-	218.829	26.980	237.325	483.134
Carvão	623.373	101.903	97.599	-	-	-	822.875
Comercializadora de energia	-	-	355.747	-	-	-	355.747
Holding e outros	-	-	195	-	-	-	195
Total	1.578.903	223.568	642.436	218.829	26.980	237.325	2.928.041

* MCP = Mercado de Curto Prazo (ambiente de contratação livre)

- a. O incremento na receita em 30 de setembro de 2021, em comparação com o mesmo período de 2020, é referente aos seguintes fatores: (i) atualização da receita fixa pelo IPCA, que ocorre sempre no 2º semestre de cada ano, (ii) maior despacho e preço de energia observado em decorrência da crise hídrica no país e (iii) aumento no arrendamento variável devido ao reajuste do preço de referência do gás natural pela ANP.
- b. O volume de energia comercializado aumentou, principalmente durante o 3º trimestre em função das condições favoráveis de mercado para o período.

5. Caixa e equivalentes de caixa

[SUMÁRIO](#)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	5.833	3.419	55.294	43.382
Operações compromissadas	100.068	13.760	341.845	82.977
CDB	636.593	258.155	1.107.017	1.258.574
	742.494	275.334	1.504.156	1.384.933

Incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. Representam valores alocados em instituições financeiras de primeira linha e apresentam rentabilidade média de 102,23% do CDI em 2021.

As principais movimentações de caixa no período findo em 30 de setembro de 2021 foram baseadas, substancialmente, por geração de caixa operacional de R\$ 942.219 e rendimentos em títulos e valores mobiliários de R\$33.868. E as principais saídas foram destinadas a investimento na construção de Parnaíba V e projeto Azulão-Jaguatirica, no montante de R\$ 861.430.

6. Títulos e valores mobiliários

[SUMÁRIO](#)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT s") (a)	129.739	72.911	443.206	439.658
CDB	73.277	71.659	73.297	71.659
	203.016	144.570	516.503	511.317

a. LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de compra e a data de vencimento.

7. Contas a receber

[SUMÁRIO](#)

	Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	113.142	118.719
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	182.515	153.620
Pecém II Geração de Energia S.A.	198.098	99.191
Itaqui Geração de Energia S.A.	167.229	104.921
	(a) 660.984	476.451
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre (ACL):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	26.085	57.067
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	16	1.026
Pecém II Geração de Energia S.A.	3.858	29.413
Parnaíba Geração e Comercialização S.A.	7.355	85.692
Itaqui Geração de Energia S.A.	1.917	14.804
Tauá Geração de Energia Ltda.	166	-
	(b) 39.397	188.002
Contratos de comercialização de energia elétrica bilateral:		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	117.943	45.410
Tauá Geração de Energia Ltda.	345	51
	(c) 118.288	45.461
Contratos de comercialização de gás condensado		
Eneva S.A.	2.433	1.413
Perda de crédito esperada		
Provisão para perda de crédito esperada	(10.363)	(10.363)
Total do contas a receber	810.739	700.964

a. O aumento está ligado, substancialmente, ao despacho médio das termelétricas que aumentou (42%) em comparação a igual período do ano anterior e a atualização da receita fixa conforme previsão contratual repondo a inflação do período. O incremento no despacho está relacionado à retomada parcial da atividade econômica e à crise hídrica.

- b. A variação está ligada, substancialmente, ao aumento na curva de despacho no ambiente regulado, ocasionando uma redução nas transações no ambiente livre. Cabe destacar que apuramos 100% de adimplência dos contratos do ambiente livre.
- c. Incremento está relacionado ao maior volume de transações, especialmente realizadas neste trimestre devido a melhores condições comerciais e maior demanda.

Avaliação do risco de crédito

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Adicionalmente, para os contratos comercializados bilateralmente, é realizada uma análise de risco frente às contrapartes, antes da operação, através de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE e acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, que em caso de atraso, a energia negociada não é registrada e a contraparte fica com um déficit de energia, sujeito ao preço de energia atual no mercado (PLD) e a multa na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE).

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda, exceto o saldo da Canabrava Energética S.A., no valor de R\$ 10.363 mil, cuja provisão para perda de crédito esperada foi reconhecida integralmente.

8. Estoques

[SUMÁRIO](#)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Materiais, suprimentos e outros	28.372	21.125	58.154	39.559
Carvão (a)	-	-	164.580	65.530
Peças eletrônicas e mecânicas	17.235	19.904	74.862	65.489
Lubrificantes e químicos	4.288	4.248	10.380	8.437
	49.895	45.277	307.976	179.015

- a. Devido à revisão na curva de despacho para o 2º semestre do ano, o consumo do estoque foi intensificado e foi preciso realizar compras ao longo do trimestre. A posição atual do estoque reflete os maiores custos de aquisição do insumo no período.

9. Impostos diferidos

[SUMÁRIO](#)

Impostos diferidos

Segue abaixo a composição dos tributos diferidos por empresa e natureza:

	Ativo Diferido				Passivo Diferido	Consolidado
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Ativos Avaliados a Valor Justo	Diferenças Temporárias	30/09/2021
						Líquido
Eneva	485.445	50.407	535.852	79.082	(135.440)	479.494
Itaqui	183.557	30.657	214.214	-	(28.596)	185.618
PGC	7.364	29.749	37.113	-	(81.063)	(43.950)
Parnaíba II	55.909	1.358	57.267	-	(46.097)	11.170
Comercializadora de Energia	45.054	3.870	48.924	-	(15.803)	33.121
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	81.970	12.834	94.804	-	(27.567)	67.237
Azulão	-	3.823	3.823	-	-	3.823
Outras	-	5	5	-	(13.228)	(13.223)
	859.299	132.739	(a) 992.038	79.082	(347.794)	723.326
Ativo diferido líquido						780.499
Passivo diferido líquido						(57.173)

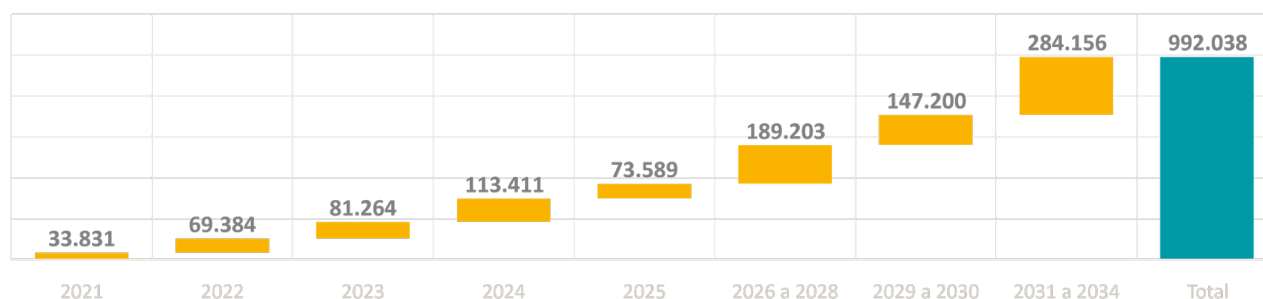
Consolidado
31/12/2020

	Ativo Diferido			Ativos Avaliados a Valor Justo	Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total		Diferenças Temporárias	
Eneva	519.019	47.611	566.630	79.082	(142.570)	503.142
Itaqui	187.441	42.009	229.450	-	(20.974)	208.476
PGC	24.293	32.779	57.072	-	(76.593)	(19.521)
Parnaíba II	58.962	4.564	63.526	-	(39.434)	24.092
Comercializadora de Energia	41.767	4.061	45.828	-	(2.229)	43.599
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	96.801	10.940	107.741	-	(22.027)	85.714
Outras	-	54	54	-	(13.225)	(13.171)
	928.283	142.054	1.070.337	79.082	(317.052)	832.367

Ativo diferido líquido	865.059
Passivo diferido líquido	(32.692)

(a) Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:

Expectativa de realização anual dos impostos diferidos*



* A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia, e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 13 a 14 anos.

Em 30 de setembro de 2021, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	761.984	323.481	871.295	422.697
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(259.075)	(109.984)	(296.240)	(143.717)
Resultado de equivalência patrimonial	132.953	101.961	5	(2.843)
Subvenção para investimento – ICMS (a)	49.170	11.264	49.170	11.264
Outras diferenças permanentes (b)	(31.177)	(10.375)	(35.522)	(20.625)
Ativo fiscal não constituído (c)	6.130	6.160	4.848	25.630
Redução Benefício SUDENE e PAT (d)	23.896	74	90.323	43.360
Baixa do diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	(1.482)	-	(15.495)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (e)	(78.103)	(2.382)	(187.416)	(102.426)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(54.455)	(2.786)	(78.376)	(26.235)
IRPJ e CSLL diferidos	(23.648)	404	(109.040)	(76.191)
Total	(78.103)	(2.382)	(187.416)	(102.426)
Alíquota efetiva	10,25%	0,74%	21,51%	24,23%

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	392.896	52.441	439.634	66.185
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(133.585)	(17.830)	(149.476)	(22.503)
Resultado de equivalência patrimonial	53.353	23.308	(11)	(1.790)
Subvenção para investimento – ICMS	(a) 35.277	3.100	35.277	3.100
Outras diferenças permanentes	(b) 1.550	(3.439)	(4.989)	(8.019)
Ativo fiscal não constituído	(c) (12)	(1.438)	2.585	12.984
Redução Benefício SUDENE e PAT	(d) 13.140	(583)	39.583	5.226
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(e) (30.277)	3.118	(77.031)	(11.002)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(25.156)	314	(34.662)	(2.518)
IRPJ e CSLL diferidos	(5.121)	2.804	(42.369)	(8.484)
Total	(30.277)	3.118	(77.031)	(11.002)

- a. Subvenção para investimento referente a incentivo fiscal no estado do Maranhão, concedido pela Lei nº 9.463/2011, que consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a esse combustível.
- b. Referem-se às adições/exclusões permanentes da apuração de IRPJ/CSLL, tais como exercício de Stock options.
- c. Refere-se à parcela de impostos diferidos de controladas que não foram registrados devido à incerteza quanto à sua recuperação (ex: ágio).
- d. O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.
- e. A variação no período foi gerada, substancialmente, pelo aumento de despacho em função da crise hídrica, que impactou o lucro tributável, com consequente aumento do IRPJ/CSL apurado no corrente e à realização do ativo fiscal diferido constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSL.

10. Investimento



10.1 Mutação do Investimento - valor patrimonial

Investimentos	%	Saldo em 31/12/2020	Transferência de Participação	Integratização/redução de Capital	AFAC	Equivalência	Amortização	Juros PGC*	Hedge Accounting	Dividendos	Tranf de passivo a descoberto e Baixa de Investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Saldo em 30/09/2021
Controladas (diretas e indiretas)														
Azulão Geração de Energia S. A	99,90%	1.018.623	-	(238.761)	83.081	(14.146)	-	-	-	-	-	-	-	848.797
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	100,00%	667.750	399.187	-	-	13.1705	-	58.941	1.567	(10.913)	-	-	-	1.248.237
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	1.014.444	132.165	1000	-	43.017	-	-	-	(149.496)	-	(69.108)	(3.454)	968.568
Parnaíba B.V.	100,00%	98.553	-	491	-	(678)	-	-	-	-	-	405	-	98.771
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	1.639.550	-	-	-	67.500	-	-	-	(120.000)	-	-	-	1.587.050
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.057.385	-	(19.225)	-	125.503	-	-	-	(22.187)	-	-	-	1.141.476
Eneva Participações S.A.	100,00%	755.749	(531.352)	333.593	(377.239)	38.157	-	-	1.164	-	-	5.563	-	225.635
Outros	-	6.141	-	550	(433)	(6)	-	-	-	-	(103)	-	-	6.149
Controladas em conjunto														
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	4.987	-	-	-	507	-	-	-	(1)	-	-	-	5.493
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	50,00%	3.500	-	-	-	339	-	-	-	-	-	-	-	3.839
Centrais Termelétrica São Marco S.A.	50,00%	9	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-
MABE Construção e Administração de Projeto	50,00%	1.136	-	-	-	(860)	-	-	-	-	-	-	-	276
		6.267.827	-	77.648	(294.591)	391.038	-	58.941	2.731	(302.597)	(112)	(63.140)	(3.454)	6.134.291
Mais valia e menos valia de ativos														
Controladas (diretas e indiretas)														
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	100,00%	10.014	-	-	-	-	(349)	-	-	-	-	-	-	9.665
Pecém II Participações S.A.	100,00%	(153.064)	-	-	-	-	(4.842)	-	-	-	-	-	-	(157.906)
		6.124.777	-	77.648	(294.591)	391.038	(5.191)	58.941	2.731	(302.597)	(112)	(63.140)	(3.454)	5.986.050
Direito de uso														
Controladas (diretas)														
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	33.861	-	-	-	-	(3.341)	-	-	-	-	-	-	30.520
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	11.594	-	-	-	-	(383)	-	-	-	-	-	-	11.211
Eneva Participações S.A.	100,00%	116.968	-	-	-	-	(1.355)	-	-	-	-	-	-	115.613
Total investimentos		6.287.200	-	77.648	(294.591)	391.038	(10.270)	58.941	2.731	(302.597)	(112)	(63.140)	(3.454)	6.143.394

* Juros relativos a debêntures que têm como finalidade a construção do projeto Parnaíba V, vide nota explicativa nº "3 – Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias".

11. Imobilizado



	30/09/2021										
	Terrenos	Edificações, Obras Civas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para Perda Impairment	Imobilizado em Andamento	Direito de Uso	Total
Custo											
Saldo em 31/12/2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Adições (a)	-	5.302	48.357	703	-	549	2.142	-	1.375.976	-	1.433.029
Adições de arrendamento (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.824	84.824
Baixas	-	-	(3)	(480)	-	-	-	-	-	(30.794)	(31.277)
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.761)	-	(38.761)
Adiantamento fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	116.539	-	116.539
Provisão abandono	-	-	(891)	-	-	-	-	-	-	-	(891)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.712)	-	(34.712)
Transferências	-	-	-	-	-	-	156.092	-	(156.092)	-	-
Custo de transação 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	1.289	-	1.289
Juros 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	59.402	-	59.402
Variação monetária 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	69.529	-	69.529
Saldo em 30/09/2021	15.245	3.223.910	4.566.324	19.062	2.450	41.234	2.717.477	(237.030)	5.439.979	209.722	15.998.373
Depreciação											
Saldo em 31/12/2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Adições	-	(84.724)	(201.476)	(1.219)	(217)	(1.510)	(121.902)	-	-	-	(411.048)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.721)	(33.721)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.194	29.194
Saldo em 30/09/2021		(853.381)	(1.494.504)	(12.411)	(2.847)	(18.313)	(1.379.067)	26.240		(74.019)	(3.808.302)
Valor Contábil											
Saldo em 31/12/2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675
Saldo em 30/09/2021	15.245	2.370.529	3.071.820	6.651	(397)	22.921	1.338.410	(210.790)	5.439.979	135.703	12.190.071

a. A movimentação está representada, substancialmente, pelos equipamentos recebidos para: (i) Segunda fase das obras do projeto Azulão-Jaguatirica II e (ii) Avanço das obras de Parnaíba V.

b. Trata-se, substancialmente de um novo contrato de prestação de serviços de reboque, operação e manutenção de carretas criogênicas para o transporte de gás natural liquefeito na controlada Azulão Geração de Energia S.A.. A taxa de desconto é de 11,03% de acordo com o "range" da vigência que é de 5 anos e possui parcela fixa mensal de R\$ 1 milhão, aproximadamente.

											31/12/2020
	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para Perda Impairment	Imobilizado em Andamento	Direito de Uso	Total
Custo											
Saldo em 31/12/2019	13.599	3.138.711	4.329.160	13.757	2.769	39.335	2.545.975	(289.807)	1.835.376	128.033	11.756.908
Adições	200	1.706	556	850	-	210	28.538	-	1.506.836	-	1.538.896
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.659	27.659
Movimentação de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.084)	-	(41.084)
Baixas	(2.930)	(831)	(22.591)	(67)	(492)	(87)	-	-	-	-	(26.998)
Poço seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.308)	-	(19.308)
Adiantamento fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	1.003.615	-	1.003.615
Provisão abandono	-	-	(1.306)	-	-	-	(15.270)	-	3.074	-	(13.502)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.840)	-	(10.840)
Transferências	4.376	79.022	213.042	4.299	173	1.227	-	-	(302.139)	-	-
Reversão de provisão para perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	52.777	-	-	52.777
Custo de transação 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	852	-	852
Juros 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	38.572	-	38.572
Variação monetária 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	31.855	-	31.855
Saldo em 31/12/2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Depreciação											
Saldo em 31/12/2019	-	(659.901)	(1.098.630)	(9.600)	(2.752)	(14.895)	(1.158.119)	26.240	-	(33.647)	(2.951.304)
Adições	-	(108.922)	(201.458)	(1.629)	(281)	(1.908)	(99.046)	-	-	-	(413.244)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.845)	(35.845)
Baixas	-	166	7.060	37	403	-	-	-	-	-	7.666
Saldo em 31/12/2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Valor contábil											
Saldo em 31/12/2019	13.599	2.478.810	3.230.530	4.157	17	24.440	1.387.856	(263.567)	1.835.376	94.386	8.805.604
Saldo em 31/12/2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de Depreciação
Edificações, Obras Civas Benfeitorias	25 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos
Direito de uso	1 a 28 anos

Depreciação do imobilizado de geração

Itens do ativo imobilizado de Geração são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir do início de sua operação.

Depreciação do imobilizado na fase de exploração e produção – (E&P)

O imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por consultoria independente, e, com base nessas informações, a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas. Em 06 de janeiro de 2021, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA) emitiu novo relatório executivo de auditoria das reservas de gás natural dos nove campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, na Bacia do Parnaíba e em um campo na Bacia do Amazonas. Em agosto de 2021, a mesma empresa divulgou um novo relatório de certificação, vide nota explicativa nº 1.1 - “Eventos significativos do período”.

11.1 Avaliação de impairment

A Companhia avalia, a cada trimestre, se existem indicações de uma possível perda por desvalorização no valor recuperável do ativo imobilizado. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 - “Eventos significativos do período”, a Administração não identificou qualquer indicativo de que o valor em uso do ativo imobilizado pudesse estar desvalorizado nesse trimestre.

12. Fornecedores

SUMÁRIO 

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Geração de energia (a)	244.250	157.653
Construção de novas usinas (b)	280.834	187.775
Comercialização de energia	30.572	36.138
Exploração e produção de gás (c)	113.023	51.999
Manutenção das usinas	65.330	59.489
Outros	15.932	43.784
	749.941	536.838
Circulante	724.593	492.456
Não circulante	25.348	44.382

- a. O saldo é composto, substancialmente, por obrigações com fornecedores de insumos e prestadores de serviços ligados à geração de energia. Aumento deve-se, principalmente, à compra de carvão ocorrida no mês de setembro/2021.
- b. Corresponde aos investimentos ligados à construção do projeto Azulão-Jaguatirica e à usina termelétrica Parnaíba V.
- c. O saldo é composto por fornecedores e prestadores de serviços ligados à atividade de exploração e produção de gás natural. O aumento deve-se, principalmente, ao maior nível de despacho do gás para atendimento à demanda das usinas, assim como obrigações com os fornecedores das construções dos campos em desenvolvimento.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas*	Vencimento	30/09/2021				Consolidado 31/12/2020			
						Custo de Captação a Apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de Captação a Apropriar	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos													
Eneva	FINEP	R\$	TJLP + 3,00%	7,61%	15/03/2025	-	40.401	127	40.528	-	49.058	159	49.217
Eneva	FINEP	R\$	TJLP + 1,00%	5,61%	15/12/2028	(251)	28.304	68	28.121	(307)	31.232	76	31.001
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	10,99%	15/07/2036	(7.442)	753.483	66.999	813.040	(7.925)	422.569	13.576	428.220
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	10,65%	16/06/2036	(8.327)	600.000	3.225	594.898	(8.489)	490.617	2.687	484.815
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	10,36%	16/06/2036	(5.560)	400.000	2.039	396.479	(5.664)	359.323	1.914	355.573
						(21.580)	1.822.188	72.458	1.873.066	(22.385)	1.352.799	18.412	1.348.826
Depósitos vinculados							(51.254)		(51.254)	-	(18.534)	-	(18.534)
						(21.580)	1.770.934	72.458	1.821.812	(22.385)	1.334.265	18.412	1.330.292
Circulante						(1.553)	56.145	5.460	60.052	(1.089)	15.447	4.835	19.193
Não circulante						(20.027)	1.714.789	66.998	1.761.760	(21.296)	1.318.818	13.577	1.311.099
Debêntures													
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	16,24%	15/11/2025	(4.071)	309.128	8.323	313.380	(5.246)	305.685	2.719	303.158
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	5,24%	15/11/2025	(6.257)	403.057	10.589	407.389	(8.424)	435.290	2.412	429.278
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	3,34%	02/10/2022	(175)	100.000	2.297	102.122	(305)	100.000	602	100.297
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	3,75%	02/10/2024	(839)	290.000	7.259	296.420	(1.088)	290.000	2.034	290.946
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	4,14%	02/10/2026	(1.292)	360.000	9.717	368.425	(1.507)	360.000	2.863	361.356
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	3,69%	15/05/2024	(4.253)	750.000	15.249	760.996	(5.461)	750.000	2.698	747.237
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	4,19%	15/05/2027	(5.489)	750.000	16.691	761.202	(6.300)	750.000	3.170	746.870
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	14,06%	15/05/2029	(4.058)	567.491	10.747	574.180	(4.494)	529.817	3.321	528.644
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	13,24%	15/12/2027	(12.480)	729.157	9.159	725.836	(14.152)	680.750	1.231	667.829
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 5,50%	14,51%	15/06/2030	(22.115)	722.833	11.766	712.484	(24.437)	674.846	1.579	651.988
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,127%	13,14%	15/09/2030	(15.522)	411.584	727	396.789	(16.456)	384.260	3.967	371.771
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 4,5034%	13,51%	15/09/2035	(24.511)	631.650	1.216	608.355	(25.437)	589.716	6.634	570.913
						(101.062)	6.024.900	103.740	6.027.578	(113.307)	5.850.364	33.230	5.770.287
Depósitos vinculados						-	(100.848)	-	(100.848)	-	(57.914)	-	(57.914)
						(101.062)	5.924.052	103.740	5.926.730	(113.307)	5.792.450	33.230	5.712.373
Circulante						(15.453)	121.546	103.740	209.833	(15.947)	101.237	33.230	118.520
Não circulante						(85.609)	5.802.506	-	5.716.897	(97.360)	5.691.213	-	5.593.853

* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses:

Jul-21 - CDI de 2,46%, IPCA de 8,35% e TJLP de 4,61%.

Ago-21 - CDI de 2,73%, IPCA de 8,99% e TJLP de 4,61%.

Set-21 - CDI de 3,03%, IPCA de 9,68% e TJLP de 4,61%.

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos) bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com aval da Controladora para as subsidiárias.

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373
(+) Novas captações	-	480.872	-	-
(+) Juros incorridos	3.734	131.161	156.154	216.223
(+/-) Variação monetária	-	100	203.327	224.346
(-) Pagamento de principal	(11.586)	(11.586)	-	(49.810)
(-) Pagamento de juros	(3.773)	(77.112)	(113.199)	(145.713)
(+) Custo de captação	56	805	8.308	12.245
(+/-) Depósitos vinculados	-	(32.720)	-	(42.934)
Saldo em 30 de setembro de 2021	68.649	1.821.812	4.539.842	5.926.730

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	92.073	1.399.414	2.637.317	4.157.128
(+) Novas captações	90.000	1.363.129	2.007.968	2.007.968
(+) Juros incorridos	12.183	163.058	155.663	232.336
(+/-) Variação monetária	-	1.549	102.011	115.822
(-) Pagamento de principal	(101.869)	(1.529.317)	(410.000)	(494.959)
(-) Pagamento de juros	(12.230)	(124.987)	(147.056)	(229.318)
(+/-) Custo de captação	61	(10.461)	(60.651)	(53.827)
(+/-) Depósitos vinculados	-	67.907	-	(22.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2021 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2022	3.862	21.304	-	164.465
2023	15.447	85.215	-	296.996
2024	15.447	103.563	750.000	1.070.310
2025	6.790	188.168	493.052	871.920
2026 até último vencimento	11.712	1.434.792	3.319.662	3.499.663
	53.258	1.833.042	4.562.714	5.903.354
Custo de captação	(189)	(20.028)	(77.706)	(85.609)
Depósitos vinculados		(51.254)		(100.848)
	53.069	1.761.760	4.485.008	5.716.897

Covenants financeiros e não financeiros

Os covenants não financeiros são monitorados regularmente pela tesouraria e reportados periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Em 30 de setembro de 2021, as condições dos covenants financeiros encontram-se atendidas.



14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados e mensurados como segue:

	30/09/2021				Consolidado 31/12/2020			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	1.504.156	-	-	1.504.156	1.384.933	-	-	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	-	-	516.503	516.503	71.659	-	439.658	511.317
Instrumentos financeiros derivativos	-	341	-	341	-	-	-	-
Contas a receber	810.739	-	-	810.739	700.964	-	-	700.964
Operações comerciais com partes relacionadas	51	-	-	51	51	-	-	51
	2.314.946	341	516.503	2.831.790	2157607	-	439.658	2597265
Passivos financeiros								
Fornecedores	749.941	-	-	749.941	536.838	-	-	536.838
Empréstimos e financiamentos	1.821.812	-	-	1.821.812	1.330.292	-	-	1.330.292
Debêntures	5.926.730	-	-	5.926.730	5.712.373	-	-	5.712.373
Operações comerciais com partes relacionadas	169	-	-	169	168	-	-	168
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	2.391	-	2.391
Contas a pagar – setor elétrico	13.754	-	-	13.754	12.455	-	-	12.455
Provisão de custo por indisponibilidade	60.526	-	-	60.526	64.445	-	-	64.445
Pesquisa e desenvolvimento	47.524	-	-	47.524	82.603	-	-	82.603
Arrendamentos	150.162	-	-	150.162	100.968	-	-	100.968
	8.770.618	-	-	8.770.618	7.840.142	2.391	-	7.842.533

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	30/09/2021				Consolidado 31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	516.503	-	516.503	-	439.658	-	439.658
Instrumentos financeiros derivativos	341	-	-	341	-	-	-	-
	341	516.503	-	516.844	-	439.658	-	439.658
Passivos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	2.391	-	-	2.391

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o período.

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se, principalmente, a investimentos em títulos públicos federais através do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Demonstramos abaixo o valor justo dos passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado:

	Consolidado	
	30/09/2021	
	Saldo Contábil	Estimativa de Valor Justo - Nível 2
Passivos financeiros		
Debêntures	5.926.730	5.852.268

Para mensuração do valor justo das debêntures, a Companhia utilizou como premissas: (i) PU mercado secundário, (ii) Benchmark do setor, (iii) % PU negociado nos últimos noventa dias.

Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos derivativos denominados *Non Deliverable Forwards* (NDFs), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba Geração e Comercialização para a construção da usina termelétrica Parnaíba V, que teve sua implantação iniciada em fevereiro de 2019, com prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) de 31 meses.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* de fluxo de caixa, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos previstos no contrato de EPC do leilão A-6 de 2018 (Parnaíba V) e não como investimentos especulativos.

Em 30 de setembro de 2021, os montantes líquidos apurados de Market to Market (“MtM”) para esses instrumentos derivativos representam ganhos de R\$ 341, que foram integralmente registrados no patrimônio líquido (hedge accounting) em outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas são reconhecidos no patrimônio líquido e transferidos para o imobilizado quando há a realização do item protegido que no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 somam ganhos de R\$2.731.

14.1 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas Pecém II e Itaquí.

O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. A seguir, é apresentada a projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Itaqui			Pecém II		
	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)
31 de dezembro de 2020						
Receita variável (Ccomb)	139.449	174.311	209.173	127.291	159.114	190.937
Custo variável (carvão)	(119.829)	(149.234)	(178.639)	(104.809)	(131.642)	(158.474)
Resultado variável	19.620	25.077	30.534	22.482	27.472	32.463
30 de setembro de 2021						
Receita variável (Ccomb)	420.873	526.091	631.309	230.821	288.526	346.232
Custo variável (carvão)	(387.977)	(479.289)	(570.601)	(204.659)	(253.222)	(301.786)
Resultado variável	32.896	46.802	60.708	26.162	35.304	44.446

Premissas*

	Itaqui		Pecém II	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Geração de energia - MWh	1.715.291	1.007.234	1.903.483	919.017
Consumo de carvão tn.	743.560	424.368	809.520	388.263
CIF ARA	88,38	53,28	88,10	53,25
API2	88,38	53,28	88,10	53,25
Prêmio	5,50	1,00	3,50	(1,25)
Fator i	0,52	0,52	0,52	0,53
FX	5,31	4,97	5,29	4,95

Sendo:

$Ccomb = CIF\ ARA * Fator\ i * FX$

$Custo\ Carvão = API2 + prêmio$

$API2 \sim CIF\ ARA$

* Informação não revisada pelo auditor independente

Risco de taxa de juros**(a) Risco relacionado aos juros flutuantes**

A Companhia e suas controladas têm passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo).

O ativo da Companhia e de suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de <i>cash flow</i> :			
Passivo indexado a TJLP	6.433	7.424	8.316
Passivo indexado ao CDI	272.270	329.314	385.690
Passivo indexado ao IPCA	612.968	711.798	809.034
Despesa financeira esperada	891.671	1.048.536	1.203.040
Aumento da despesa financeira	-	156.865	311.369

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 12M: 8,51% (Fonte: Boletim Focus)

TJLP 12M: 5,32% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)

CDI Médio 12M: 8,99% (Fonte: Projeção de Mercado)

14.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 30 de setembro de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						Consolidado
						30/09/2021
	Até 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos						
Fornecedores	201.255	523.338	25.348	-	-	749.941
Operações comerciais	-	-	169	-	-	169
Empréstimos e financiamentos	52.268	78.569	152.454	873.625	1.875.529	3.032.445
Debêntures	214.917	282.573	700.747	3.471.315	6.005.630	10.675.182
	468.440	884.480	878.718	4.344.940	7.881.159	14.457.737
						Consolidado
						31/12/2020
	Até 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	455.352	80.257	-	-	535.609
Contas a pagar	-	-	1.397	-	-	1.397
Empréstimos e financiamentos	42.823	32.589	111.067	416.002	1.119.028	1.721.509
Debêntures	173.345	195.309	584.075	3.334.003	5.500.498	9.787.230
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-	4.330
	216.168	683.250	776.796	3.754.335	6.619.526	12.050.075

14.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia entende que não há risco de crédito do contas a receber, vide avaliação na nota explicativa “nº 7 – Contas a receber”. Além disso, para mitigar os riscos, adotamos como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição, e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos estão expostos a baixos riscos devido à classificação dos bancos de 1º linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento.

	Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	1.504.156	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	516.503	511.317
Contas a receber de clientes	810.739	700.964
Derivativos	341	-
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	152.102	76.448
	2.983.841	2.673.662

14.4 Risco cambial

A Companhia e suas controladas não possuem exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, exceto aquelas mencionadas no parágrafo “Derivativos, *hedge* e gerenciamento de risco” dessa nota explicativa.

14.5 Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou proporá, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

15. Provisão para contingências

SUMÁRIO 

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais de natureza cível, tributária e trabalhista, assim como em processos administrativos, avaliados por seus advogados e assessores jurídicos.

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que ensejará provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no período findo em 30 de setembro de 2021 é apresentado abaixo:

	31/12/2020				Consolidado 30/09/2021
	Saldo Acumulado	Adições	Reversão	Atualização	Saldo Acumulado
Cíveis	70.613	-	(21)	185	70.777
Trabalhistas	21.950	2.098	(3.213)	934	21.769
Tributários	40	-	-	-	40
Total das provisões	92.603	2.098	(3.234)	1.119	92.586

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão)

Os processos judiciais e administrativos que não estão provisionados, por envolverem prognóstico de perda classificado por seus advogados e assessores jurídicos como de perda possível, são apresentados a seguir:

	30/09/2021	Consolidado 31/12/2020
Ambientais	22.825	25.912
Regulatórios	12.724	12.724
Trabalhistas (a)	39.837	51.873
Cíveis (b)	92.870	49.324
Tributários (c)	240.652	224.460
Total	408.908	364.293

(a) Trabalhistas

Englobam reclamações movidas por ex-funcionários da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício e posterior equiparação em direitos aos empregados da Companhia ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e ao encerramento de processos no decorrer do trimestre. Não existe causa individual relevante.

(b) Cíveis

A variação está ligada, substancialmente, a procedimento arbitral envolvendo contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction). Por meio do referido procedimento, a Contratada apresentou pedidos no valor de R\$ 51 milhões. Por outro lado, em sede de reconvenção, a Companhia apresentou pedido com valor estimado de R\$ 60 milhões.

Em junho de 2021, as partes solicitaram a suspensão da arbitragem por prazo indeterminado, para que avaliem uma solução para o litígio por meio de mediação.

(c) Tributários**Controlada Itaqui Geração de Energia S.A.**

A controlada possui demandas de natureza tributária em que figura como ré. A principal demanda se refere a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais para glosar despesas financeiras supostamente desnecessárias por não ter sido comprovado caráter de cobertura (*hedge*) de determinada operação contratada para fazer frente a um empréstimo em moeda estrangeira não concretizado.

O assunto encontra-se em discussão em âmbito administrativo, tendo sido protocolada impugnação ao auto de infração em 22 de janeiro de 2019, e, posteriormente, em 10 de julho de 2019, apresentado recurso voluntário. Após análise do recurso voluntário, o julgamento foi convertido em diligência, conforme requerido pela Companhia. A diligência segue em curso, sem previsão para encerramento.

Em caso de desfecho desfavorável, o efeito será de baixa no prejuízo fiscal de aproximadamente R\$ 195 milhões e base de cálculo negativa da CSLL nos controles fiscais auxiliares (ECF), sem representar qualquer desembolso e impacto no caixa da Companhia.

Outras contingências

A Companhia tomou conhecimento da instauração de dois novos procedimentos arbitrais envolvendo contratos celebrados com fornecedores. Os referidos procedimentos estão em fase inicial e recentemente as Partes indicaram seus respectivos árbitros para futura constituição do tribunal arbitral. Os valores envolvidos nos procedimentos e prognósticos de perda serão divulgados após assinatura dos respectivos termos de arbitragem, ocasião em que serão fixados os valores das demandas, bem como delimitadas as questões que serão julgadas na arbitragem.

16. Partes relacionadas

Saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Controladora Resultado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	30/09/2020
Mútuo						
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	805.980	808.285	-	-	42.784	1.037
Pecém II Geração de Energia S.A. (b)	874.801	864.473	-	-	44.952	24.935
Parnaíba B.V.	-	-	-	-	1	30.890
Outras	688	689	-	-	-	592
	1.681.469	1.673.447	-	-	87.737	57.454
Operações comerciais						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (c)	197.612	147.130	210	36	629.929	219.588
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (c)	136.460	99.156	24	48	362.208	218.543
Itaqui Geração de Energia S.A.	11.279	10.625	2.600	2.323	7.284	7.510
Pecém II Geração de Energia S.A.	6.781	7.080	324	141	4.467	4.715
Parnaíba B.V.	-	-	97.928	97.928	3	(10.261)
Outras	25.497	16.166	5.028	5.153	5.328	1.500
	377.629	280.157	106.114	105.629	1.009.219	441.595
Dividendos e Juros s/capital próprio a receber						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	34.875	23.962	-	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	4.208	38.230	-	-	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A.	40.000	-	-	-	-	-
	79.083	62.192	-	-	-	-
	2.138.181	2.015.796	106.114	105.629	1.096.956	499.049

- a. O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Companhia (mutuante) sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 2,47% + IPCA e prazo de vencimento em setembro de 2026. A variação do saldo do ativo corresponde ao pagamento de juros, parcialmente compensado por juros incorridos no período.
- b. O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante) sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 3,19% + IPCA e prazo de vencimento em dezembro de 2027. A variação corresponde, substancialmente, a juros incorridos no período.
- c. Saldos compostos, basicamente, pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) para as subsidiárias Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A..



17. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é respectivamente de R\$ 8.888.979 e R\$ 8.848.409. A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 30 de setembro de 2021 é composto por 1.596.513.720 ações autorizadas, das quais 1.266.038.219 foram emitidas (315.835.960 em 31 de dezembro de 2020).

Em março de 2021, houve o desdobramento das ações da Companhia na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem modificação do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações aos titulares. Dessa forma, a variação demonstrada na quantidade de ações entre os períodos é basicamente relacionada a esse movimento societário.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

	Controladora		Controladora	
	30/09/2021		31/12/2020	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco BTG Pactual	272.640.404	21,53%	72.410.101	22,93%
Cambuhy	289.640.404	22,88%	72.410.101	22,93%
Velt Partners	-	0,00%	17.665.975	5,59%
Dynamo	79.108.721	6,25%	15.853.947	5,02%
Atmos Investimentos	67.189.176	5,31%	15.793.261	5,00%
Ações em tesouraria	560.228	0,04%	-	-
Outros	556.899.286	43,99%	121.702.575	38,53%
Total	1.266.038.219	100,00%	315.835.960	100,00%

18. Resultado por ação



O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 30 de setembro de 2021 e 2020 e pela respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020 **	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020 **
Resultado do período				
Numerador				
Lucro líquido atribuível aos acionistas	362.619	55.559	683.881	321.099
Denominador				
Média ponderada de ações	1.265.477.991	1.263.070.732	1.265.477.991	1.263.070.732
Lucro por ação (R\$) – básico	0,28655	0,04399	0,54041	0,25442
	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020 **	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020 **
Resultado do período				
Numerador				
Lucro líquido atribuível aos acionistas	362.619	55.559	683.881	321.099
Denominador				
Média ponderada de ações	1.265.477.991	1.263.070.732	1.265.477.991	1.263.070.732
Efeito das opções	10.144.854	7.552.111	10.144.854	7.552.111
Lucro por ação (R\$) - diluído (*)	0,28427	0,04373	0,53612	0,25271

* O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.

** Para fins de comparabilidade, refletimos o desdobramento das ações também para o ano de 2020.



19. Plano de pagamento baseado em ações

Opção de ações outorgadas pela Companhia

O programa vigente de opções de compra de ações da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016 e tem como beneficiários membros do Conselho de Administração, Diretoria e funcionários selecionados.

As opções poderão atingir o percentual máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas em razão de opções outorgadas no âmbito do plano de opções.

Em 10 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a criação de programa de aquisição de ações de sua própria emissão (“Programa de Recompra”). O Programa de Recompra visou a aquisição de ações de emissão da Companhia pela Parnaíba II Geração de Energia S.A., sociedade controlada pela Companhia, para fazer frente às obrigações decorrentes do Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 27 de março de 2018, ratificado em 12 de julho de 2018, dirigido aos administradores e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas.

A quantidade adquirida de ações foi de 1.070.000 (quantidade de ações antes do desdobramento ocorrido em 12 de março de 2021) ao preço médio de R\$ 69,46, totalizando R\$ 74.320. As ações adquiridas já foram substancialmente entregues aos beneficiários, conforme apresentado na Demonstração do Patrimônio Líquido – DMPL, em um total de R\$ 70.864.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no período entre 31 de dezembro de 2020 a 30 de setembro de 2021:

Plano Outorgado pela Companhia - Quantidade de Opções de Ações	Quantidade de Opções	Preço Médio Ponderado de Exercício das Opções
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.573.336	7,12
Exercidas	(1.902.556)	6,29
Outorgadas	4.963.380	15,88
Expiradas	(505.444)	8,18
Saldo em 31 de março de 2021	15.128.716	10,13
Exercidas	(1.066.668)	4,30
Outorgadas	1.906.600	16,19
Expiradas	-	-
Saldo em 30 de junho 2021	15.968.648	11,24
Exercidas	-	-
Outorgadas	-	-
Expiradas	-	-
Saldo em 30 de setembro 2021	15.968.648	11,24

A Companhia não consegue mensurar o valor dos serviços prestados pelos participantes, portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do programa, a Companhia liquidará essa obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta “Ações em tesouraria”. O efeito no resultado em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 8.254.

(a) Unidades de performance restritas - units

A Companhia concedeu dois planos distintos de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. O primeiro foi aprovado em 12 de julho de 2018 e o segundo, denominado Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações (Plano de Performance Shares) foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019. Nesses planos, a Companhia concede units, unidades de performance restritas, aos beneficiários que lhe prestam serviços. Porém, os planos seguem regras distintas para aquisição do direito de transferência de ações. A apropriação do valor justo dos planos ao resultado para o período de nove meses em 2021 foi de R\$ 20.209.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido nos planos de units no período entre 31 de dezembro de 2020 a 30 de setembro de 2021:

Plano de Units Concedido pela Companhia - Quantidade de Units	Quantidade de Units	Preço Médio Ponderado das Ações
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.513.748	15,53
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Concedidas	-	-
Expiradas	(69.408)	15,65
Saldo em 31 de março de 2021	5.444.340	16,70
Exercidas	(1.632.392)	17,04
Canceladas	-	-
Concedidas	632.951	17,04
Expiradas	(14.755)	17,37
Saldo em 30 de junho de 2021	4.430.144	16,98
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Concedidas	-	-
Expiradas	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	4.430.144	16,47

20. Receita de venda de bens e/ou serviços



A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020
Receita bruta				
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	1.653.336	1.578.903
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	1.478.093	227.523
Venda de energia (ACL) (b)	-	-	654.886	407.705
Venda de gás e condensado	576.881	237.325	6.741	2.482
Arrendamento	527.054	245.809	-	-
	1.103.935	483.134	3.793.056	2.216.613
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(150.469)	(55.980)	(299.774)	(176.006)
P&D	-	-	(32.136)	(18.730)
Ressarcimento	-	-	(19.156)	(2.075)
	(150.469)	(55.980)	(351.066)	(196.811)
Total da receita líquida	953.466	427.154	3.441.990	2.019.802
	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020
Receita bruta				
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	549.986	523.891
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	802.923	-
Venda de energia (ACL) (b)	-	-	335.599	90.829
Venda de gás e condensado	273.457	69.891	3.658	819
Arrendamento	264.214	72.943	-	-
	537.671	142.834	1.692.166	615.539
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(72.011)	(16.921)	(131.679)	(48.699)
P&D	-	-	(14.515)	(4.812)
Penalidades por indisponibilidade	-	-	(17.878)	-
	(72.011)	(16.921)	(164.072)	(53.511)
Total da receita líquida	465.660	125.913	1.528.094	562.028

- a.** O aumento no período de 3 e 9 meses se deve à atualização do preço anual previsto contratualmente referente à receita vinculada à remuneração do empreendimento de geração (receita fixa), mantido à disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- b.** O aumento atípico nos períodos de 3 e 9 meses está relacionado ao maior atendimento ao despacho por energia, devido ao agravamento da crise hídrica no país.



21. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Noves meses findos em 30/09/2021	Noves meses findos em 30/09/2020	Noves meses findos em 30/09/2021	Noves meses findos em 30/09/2020
Custo				
Custos regulatórios	-	-	(111.041)	(104.377)
Depreciação e amortização (a)	(131.258)	(75.511)	(406.621)	(296.796)
Despesas com aluguéis	(3.215)	(2.481)	(14.962)	(11.908)
Despesas com pessoal (b)	(28.269)	(21.968)	(131.771)	(110.446)
Energia elétrica para revenda (c)	-	-	(502.217)	(261.720)
Impostos e contribuições	(243)	(279)	(243)	(8.116)
Insumos de geração (d)	-	-	(724.429)	(150.679)
Material de consumo	(4.187)	(1.736)	(30.426)	(22.136)
Participações governamentais (e)	(133.131)	(26.166)	(133.131)	(26.166)
Seguros operacionais	(3.180)	(348)	(21.595)	(18.029)
Serviços de terceiros	(19.163)	(18.769)	(77.414)	(62.786)
Outros	(164)	40	(22.997)	(3.439)
	(322.810)	(147.218)	(2.176.847)	(1.076.598)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(25.098)	(26.673)	(45.990)	(47.991)
Despesas ambientais	(1.810)	(1.041)	(2.157)	(1.357)
Despesas com aluguéis	(2.048)	(2.263)	(2.589)	(2.628)
Despesas com exploração e poço seco	(64.144)	(89.698)	(64.144)	(89.698)
Despesas com pessoal (b)	(198.239)	(104.625)	(208.095)	(113.469)
Impostos e contribuições	(926)	(730)	(1.036)	(402)
Material de consumo	(917)	(215)	(2.952)	(133)
Serviços compartilhados - Cost Sharing	28.102	26.194	-	-
Serviços de terceiros	(27.981)	(25.740)	(35.876)	(30.188)
Outros	(19.369)	(19.148)	(23.752)	(22.234)
	(312.430)	(243.939)	(386.591)	(308.100)
Outras receitas e despesas				
Provisão para perda de investimento	-	(2.240)	-	(4.480)
Ganho com venda de participação societária (f)	-	18.106	-	18.106
Perda na alienação de bens (g)	106	-	(201)	(16.501)
Contingências	1.933	16.904	30	25.639
Crédito de PIS/COFINS (h)	22.265	-	38.156	-
Outras receitas (despesas)	(7.973)	(841)	(10.940)	(1.423)
	16.331	31.929	27.045	21.341
	(618.909)	(359.228)	(2.536.393)	(1.363.357)

- a. A variação está diretamente ligada ao aumento na curva de despacho observado nas térmicas a gás com conseqüente aumento no consumo de gás, cuja depreciação é apurada pelo método das unidades produzidas, conforme detalhado na nota explicativa nº 11 - "Imobilizado".
- b. O aumento nos gastos de pessoal está, substancialmente, ligado à atualização do valor justo e reconhecimento de encargos devidos pelo exercício dos planos de pagamento baseado em ações concedidas pela Companhia aos seus administradores e funcionários e pelo aumento da quantidade de funcionários.
- c. A variação está ligada substancialmente à redução da disponibilidade de atendimento ao despacho das usinas no período, devido a manutenções em sua maioria programadas e também a condições de mercado.
- d. O acréscimo está relacionado diretamente ao maior despacho de energia no ambiente contratual regulado ("ACR").
- e. O aumento deve-se ao maior dispêndio no pagamento de encargos (royalties e participações especiais) relacionadas à operação de upstream devido ao reajuste no preço de referência do gás e aumento da demanda no período.
- f. A variação se deve à alienação da totalidade da participação na Seival Sul Mineração.
- g. A variação observada se refere à doação da subestação à Eletronorte, no valor de R\$ 16.527, realizada em 2020. Essa doação foi estabelecida no processo de licenciamento do Complexo do Parnaíba.
- h. Reconhecimento de créditos de PIS/Cofins decorrentes de: i) revisão da sistemática de apropriação de créditos dos últimos 5 anos das empresas operacionais, a fim de mapear créditos eventualmente não aproveitados no âmbito do regime não-cumulativo, tendo por base as definições constantes das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, bem como a ampliação do conceito de insumo definida pelo STJ em 2018 (baseada nos critérios de essencialidade e relevância); ii) Decisão do STF, em maio/21, bem como o trânsito em julgado obtido pela Eneva S.A. para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins relativo ao período de janeiro/2019 a abril/2021.

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020
Custo				
Custos regulatórios	-	-	(39.855)	(35.381)
Depreciação e amortização	(57.139)	(22.903)	(148.984)	(98.248)
Despesas com aluguéis	(1.287)	(800)	(6.071)	(4.381)
Despesas com pessoal	(9.250)	(7.979)	(40.800)	(36.674)
Energia elétrica para revenda	-	-	(232.926)	(67.547)
Impostos e contribuições	(69)	(75)	(69)	(352)
Insumos de geração	-	-	(421.274)	(18.658)
Material de consumo	(1.556)	(755)	(10.388)	(7.374)
Participações governamentais	(68.476)	(9.234)	(68.476)	(9.234)
Seguros operacionais	(1.077)	(5)	(7.274)	(5.945)
Serviços de terceiros	(6.381)	(6.141)	(39.864)	(24.094)
Outros	(41)	40	(3.026)	(786)
	(145.276)	(47.852)	(1.019.007)	(308.674)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(8.302)	(9.333)	(15.291)	(16.691)
Despesas ambientais	(906)	(622)	(1.108)	(655)
Despesas com aluguéis	(854)	(941)	(1.017)	(1.127)
Despesas com exploração e poço seco	(35.915)	(38.114)	(35.915)	(38.114)
Despesas com pessoal	(46.787)	(36.024)	(49.566)	(41.597)
Impostos e contribuições	(41)	(35)	(83)	95
Material de consumo	(470)	255	(1.138)	382
Serviços compartilhados - Cost Sharing	9.675	8.234	-	-
Serviços de terceiros	(12.045)	(8.809)	(12.714)	(8.916)
Outros	(5.926)	(5.942)	(7.257)	(6.305)
	(101.571)	(91.331)	(124.089)	(112.928)
Outras receitas e despesas				
Contingências	362	15.973	(1.978)	22.054
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-
Outras receitas (despesas)	(232)	(137)	(45)	890
	130	15.836	(2.023)	22.944
	(246.717)	(123.347)	(1.145.119)	(398.658)

Cabe destacar que as variações do trimestre estão descritas no quadro acima referente ao período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2021.



22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020	Nove meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2020
Despesas financeiras (a)				
Encargos da dívida	(3.734)	(7.674)	(3.734)	(119.516)
Multa e juros pagos ou incorridos	(1.953)	(254)	(2.339)	(3.635)
Amortização custo de transação de empréstimos	(2.074)	(5.413)	(6.010)	(17.838)
Comissão sobre fianças bancárias	(1.151)	(1.640)	(2.926)	(3.451)
Juros de provisão de abandono	(16.062)	(2.095)	(17.156)	(2.246)
Juros de passivos de arrendamento	(5.405)	(6.825)	(11.403)	(5.318)
Juros sobre mútuos	-	(5.602)	(235)	(2.652)
Juros de debêntures	(51.021)	(57.327)	(111.090)	(117.747)
Variação cambial e monetária	(2.564)	(23.230)	(36.764)	(84.390)
Outros	(8.785)	(9.399)	(17.481)	(18.051)
	(92.749)	(119.459)	(209.138)	(374.844)
Receitas financeiras (b)				
Aplicação financeira	20.027	23.199	46.473	44.932
MTM contratos de energia / derivativos	-	-	42.639	15.173
Multas e juros recebidos ou auferidos	43	1.318	37.106	2.518
Rendimentos de mútuos	37.698	29.898	9	649
Variação cambial e monetária	79.260	39.746	41.901	81.396
Outros	2.486	1.024	6.723	4.789
	139.514	95.185	174.851	149.457
Resultado Financeiro	46.765	(24.274)	(34.287)	(225.387)

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020	Três meses findos em 30/09/2021	Três meses findos em 30/09/2020
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(1.235)	(3.605)	(1.235)	(58.130)
Multa e juros pagos ou incorridos	(66)	(170)	(226)	(183)
Amortização custo de transação de empréstimos	(698)	(2.323)	(1.997)	(9.438)
Comissão sobre fianças bancárias	(405)	(587)	(1.030)	(648)
Juros de provisão de abandono	(6.867)	(1.761)	(7.276)	(1.877)
Juros de passivos de arrendamento	(1.879)	(2.612)	(3.928)	(267)
Juros sobre mútuos	-	-	(116)	(164)
Juros de debêntures	(23.157)	(17.192)	(47.988)	(34.432)
Variação cambial e monetária	(976)	(4.777)	(13.531)	(41.829)
Outros	(3.802)	(4.207)	(8.611)	(6.432)
	(39.085)	(37.234)	(85.938)	(153.400)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	12.001	5.828	24.380	11.193
MTM contratos de energia	-	-	49.415	8.314
Multas e juros recebidos ou auferidos	31	5	37.059	36
Rendimentos de mútuos	15.041	7.367	6	187
Variação cambial e monetária	32.192	10.206	31.037	36.444
Outros	326	161	583	1.182
	59.591	23.567	142.480	57.356
Resultado financeiro	20.506	(13.667)	56.542	(96.044)

- a. As principais variações nas despesas financeiras consistem na redução dos juros incorridos sobre os empréstimos (“encargos da dívida”) e debêntures (“juros de debêntures”), em decorrência, principalmente, da reestruturação das dívidas da Companhia e da emissão de debêntures a custos mais atrativos bem como pelo fato de termos, no terceiro trimestre de 2021, quando comparamos com o mesmo período de 2020, mais dívidas vinculadas à construção dos projetos de capital da Companhia com a capitalização dos juros incorridos.
- b. As principais variações nas receitas financeiras ocorreram em função do recebimento de R\$ 30 milhões de juros e correção monetária referente a decisão judicial favorável a Pecém II, relativa à receita fixa do período de julho a agosto de 2013 e pela variação do MTM dos contratos futuros de comercialização de energia.

Conselho de Administração

Jerson Kelman

Presidente

Conselheiros:

Elena Landau

Felipe Gottlieb

Guilherme Bottura

Phillippe Reichstul

Marcelo Pereira Lopes de Medeiros

Renato Antônio Secondo Mazzola

Diretoria

Pedro Zinner

Diretor Presidente

Lino Lopes Caçado

Diretor de Operações

Marcelo Campos Habibe

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Marcelo Cruz Lopes

Diretor de Marketing, Comercialização e Novos Negócios

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento

CRC-RJ 086983/O-0

Controller

Bruno Campelo de Azevedo

CRC-RJ 106648/O-9

Contador

Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040

+55 (21) 3721-3000

www.eneva.com.br





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Eneva S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Eneva S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Luis Claudio França de Araujo
Contador CRC RJ-091559/O-4

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, ela própria, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no próprio Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em 30 de setembro de 2021, o capital social da Companhia era composto por 1.266.038.219 ações ordinárias, assim distribuídas:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30/09/2021				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Controlador¹	0	0,00	0	0,00
Administradores				
Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00
Diretoria	2.948.149	0,23	2.948.149	0,23
Conselho Fiscal²	0	0,00	0	0,00
Ações em Tesouraria³	560.228	0,04	560.228	0,04
Outros Acionistas	1.262.529.842	99,72	1.262.529.842	99,72
Total	1.266.038.219	100,00	1.266.038.219	100,00
Ações em Circulação⁴	1.262.604.142	99,73	1.262.604.142	99,73

¹ Com a homologação em 05/11/2015 do aumento de capital aprovado pela assembleia geral extraordinária, realizada em 26/08/2015, e com a notificação do término do acordo de acionistas entre DD Brazil S.à.R.L. ("E.ON") e Eike Fuhrken Batista e seus veículos de investimentos (em conjunto "Eike Batista"), conforme divulgado em comunicado ao mercado em 10/11/2015, a Companhia passou a ser uma sociedade de capital aberto sem controlador definido.

² Atualmente a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

³ As ações em tesouraria descritas na tabela contempla o total da posição mantida em tesouraria em 30 de setembro de 2021 pela Controladora Eneva S.A. e pela Controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A..

⁴ As ações em circulação desconsideram as ações detidas pelo Conselho de Administração, pela diretoria e em tesouraria.

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

No dia 26/05/2011 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24/03/2011, aumentando o número de ações da Companhia de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

Em fevereiro de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 29/02/2012, mediante a emissão de 9.633 novas ações, em decorrência da conversão de 6.383 debêntures das 21.735.744 debêntures emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2011. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.720.840 para 136.730.473.

Em março de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 21/03/2012, mediante a emissão de 984 novas ações, em decorrência da conversão de 649 debêntures, e mediante a emissão de 7.040 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.730.473 para 136.738.497.

Em maio de 2012 ocorreu um aumento do capital social, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 09/05/2012 em decorrência de (i) emissão de 4.112 novas ações, em decorrência da conversão de 2.701 debêntures; e (ii) emissão de 125.620 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.738.497 para 136.868.229.

No mesmo mês ocorreu um novo aumento do capital social, conforme a primeira Reunião do Conselho de Administração do dia 24/05/2012, ratificando a emissão de 33.254.705 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 21.652.966 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.868.229 para 170.122.934.

O Conselho de Administração da ENEVA aprovou em 24/05/2012 um aumento de capital da Companhia, no valor total de R\$ 1.000.000.063,00, mediante a emissão de 22.623.796 novas ações, entretanto as ações só passaram a existir após a conclusão do aumento de capital com consequente homologação do mesmo, que foi concluído em julho de 2012 e homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de julho de 2012.

Em junho de 2012 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 15/06/2012, ratificando a emissão de 514 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 334 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 170.122.934 para 170.123.448.

Em 25/06/2012, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, aprovado em RCA realizada em 24/05/2012, às 11h, no valor de R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais), dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização das 22.623.796 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pela E.ON AG ("E.ON"). Dessa forma, o número de ações da Companhia aumentou de 170.123.448 para 192.747.244.

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15/08/2012, os acionistas reunidos aprovaram, por unanimidade, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada 1 (uma) ação ordinária existente passou a corresponder a 3 (três) ações da mesma classe. Farão jus ao recebimento das ações desdobradas os acionistas da ENEVA com base na composição acionária de 15 de agosto de 2012. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 192.747.244 para 578.241.732.

Em janeiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 10/01/2013, ratificando a emissão de 147.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.389.212.

Em fevereiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 06/02/2013, ratificando a emissão de 27.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.416.212.

No entanto, ocorreu uma integralização parcial do valor financeiro do aumento de capital, de forma que o Capital Social em 31/03/2013 totalizasse R\$ 3.736.269.091,89, valor inferior ao apresentado na ata da Reunião do Conselho de Administração de 06 de fevereiro de 2013. O restante da integralização do valor financeiro do aumento de capital foi realizado após o fechamento do primeiro trimestre, fazendo com que o Capital Social totalizasse R\$ 3.736.354.722,02.

Em abril de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 05/04/2013, ratificando a emissão de 34.500 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.450.712. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.354.722,02 para R\$ 3.736.468.820,55.

Em maio de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 08/05/2013, ratificando a emissão de 29.250 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.479.962. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.468.820,55 para R\$ 3.736.568.320,85.

Em 16/09/2013, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2013, no valor de R\$ 799.999.995,15, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização de 124.031.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desta maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 578.479.962 para 702.510.969. O capital social da Companhia passou de R\$ 3.736.568.320,85 para R\$ 4.536.568.316,00.

Em outubro de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 21/10/2013, ratificando a emissão de 13.500 novas ações ordinárias, sem valor

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 702.524.469. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 4.536.568.316,00 para R\$ 4.536.608.413,70.

Em 01/08/2014, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/05/2014, no valor de R\$174.728.680,26, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e integralização de 137.581.638 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 702.524.469 para 840.106.107. O capital social da Companhia passou de R\$4.536.608.413,70 para R\$4.711.337.093,96.

Em 05/11/2015, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26/08/2015, no valor de R\$2.300.531.398,65, em razão da subscrição e integralização de 15.336.875.991 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 840.106.107 para 16.176.982.098. O capital social da Companhia passou de R\$4.711.337.093,96 para R\$7.011.868.492,61.

Em 07/04/2016, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do grupamento das atuais 16.176.982.098 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação ordinária, passando o capital a ser composto por 161.769.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. Os acionistas da Companhia tiveram o prazo de 30 dias, compreendido no período entre 11/04/2016 e 11 /05/2016, para, a seu livre e exclusivo critério, ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 100 ações. As ações da Companhia passaram a ser negociadas em conformidade com as condições do grupamento a partir de 12/05/2016.

Em 03/10/2016, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02/08/2016, no valor de R\$1.160.379.150,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta reais), em razão da subscrição e integralização de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou dos R\$7.011.868.492,61 (sete bilhões, onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 11/09/2017, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de agosto de 2016 e homologado parcialmente pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de outubro de 2016 ("Homologação do Aumento"), e (b) a rerratificação da Homologação do Aumento, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2017, os quais resultaram na homologação de aumento de capital no valor de R\$ 1.016.492.135,40 (um bilhão, dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos), mediante a emissão de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 05/10/2017, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de 75.862.069 (setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e sessenta e nove) ações, ao Preço por Ação de R\$ 11,00, correspondendo ao montante de R\$834.482.759,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis, no ato da subscrição. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), representado por 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 28/05/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 5.996.298,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão de 285.538 (duzentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14/08/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 1.242.934,78 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), mediante a emissão de 47.386 (quarenta e sete mil, trezentas oitenta e seis) ações

ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 26,23 (vinte e seis reais e vinte e três centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03.08.2017, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02.08.2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 21/11/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$5.610.701,25 (cinco milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e um reais e vinte e cinco centavos), mediante a emissão de 159.758 (cento e cinquenta e nove mil, setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 35,12 (trinta e cinco reais e doze centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos) representado por 315.483.181 (trezentas e quinze milhões, quatrocentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 26/05/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$10.313.567,35 (dez milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), mediante a emissão de 284.502 (duzentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$36,25 (trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os

termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado, e do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, todos no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos), para R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos) dividido em 315.767.683 (trezentas e quinze milhões, setecentas e sessenta e sete mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25/08/2020 a Companhia foi informada sobre a celebração de acordo de acionistas entre os acionistas, Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda., Dynamo Administração De Recursos Ltda., Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda., Velt Partners Investimentos Ltda., determinando regras a serem observadas com relação ao exercício de direitos políticos e transferência de ações de emissão da Companhia de titularidade dos signatários do acordo ("Acordo de Acionistas"). Estão vinculadas ao Acordo de Acionistas 15.788.400 (quinze milhões, setecentas e oitenta e oito mil e quatrocentas) ações da Atmos Capital Gestão De Recursos Ltda., 18.350.000 (dezoito milhões, trezentas e cinquenta mil) ações detidas pela Dynamo Administração De Recursos Ltda. e Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda.; e 15.471.932 (quinze milhões, quatrocentas e setenta e uma mil, novecentas e trinta e duas) ações da Velt Partners Investimentos Ltda. ("Ações Vinculadas"), sendo certo que qualquer acionista poderá não vincular ao Acordo de Acionistas até 631.536 (seiscentas e trinta e uma mil, quinhentas e trinta e seis) ações ("Ações Livres"), desde que referido acionista detenha pelo menos 15.156.849 (quinze milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentas e quarenta e nove) Ações Vinculadas.

Ademais, durante a vigência do Acordo de Acionistas, em nenhuma hipótese, o total de Ações Vinculadas poderá exceder a quantidade de 66.311.213 (sessenta e seis milhões, trezentas e onze mil, duzentas e treze) ações ("Limite Global Máximo").

Em 09/10/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$3.188.727,08 (três milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e sete reais e oito centavos), mediante a emissão de 68.277 (sessenta e oito mil, duzentas e setenta e sete) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$46,70 (quarenta e seis reais e setenta centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos), para R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e quinze reais e

quarenta e sete centavos) dividido em 315.835.960 (trezentas e quinze milhões, oitocentas e trinta e cinco mil, novecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 02/02/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$25.071.402,46 (vinte e cinco milhões, setenta e um mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e seis centavos), mediante a emissão de 437.544 (quatrocentas e trinta e sete mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$57,30 (cinquenta e sete reais e trinta e centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil e seiscentos e quinze reais e quarenta e sete centavos), para R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, dezessete reais e noventa e três centavos) dividido em 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 11/03/2021, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia aprovou o desdobramento da totalidade de suas ações. Foi aprovado o desdobramento da totalidade das 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 01 (uma) ação para 04 (quatro) ações da mesma espécie, sem modificação do capital social. O capital social da ENEVA permaneceu no montante de R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil e dezessete reais e noventa e três centavos), passando a ser dividido em 1.265.094.016 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, noventa e quatro mil e dezesseis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia foram atualizados na AGE para refletir o desdobramento de ações. As ações resultantes do desdobramento foram creditadas aos acionistas em 16 de março de 2021 e conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias existentes. Fizeram jus às ações desdobradas os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data da realização da AGE, sendo que as ações passaram a ser negociadas "ex-desdobramento" a partir de 12 de março de 2021 (inclusive).

Em 14/04/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de no valor total de R\$2.783.866,28 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), mediante a emissão de 160.088 (cento e sessenta mil e oitenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$17,3896 (dezessete reais e três mil oitocentos e noventa e seis milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia,

aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, dezessete reais e noventa e três centavos), para R\$8.917.050.884,21 (oito bilhões, novecentos e dezessete milhões, cinquenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos) dividido em 1.265.254.104 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 20/05/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$12.714.424,73 (doze milhões, setecentos quatorze mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 784.115 (setecentos e oitenta e quatro mil, cento e quinze) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$16,2150 (dezesseis reais e dois mil cento e cinquenta milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia.

Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passará de R\$8.917.050.884,21 (oito bilhões, novecentos e dezessete milhões, cinquenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos), para R\$8.929.765.308,94 (oito bilhões, novecentos e vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oito reais e noventa e quatro centavos) dividido em 1.266.038.219 (um bilhão, duzentos e sessenta e seis milhões, trinta e oito mil, duzentos e dezenove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia até o nível de pessoa física:

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Companhia: ENEVA S.A.	Posição em 30/09/2021			
	Ações ordinárias*		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Eneva Fundo de Investimento em Ações	289.640.404	22,9%	289.640.404	22,9%
Banco BTG Pactual S.A.	272.640.404	21,5%	272.640.404	21,5%
Dynamo Administração de Recursos Ltda	79.108.721	6,2%	79.108.721	6,2%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda	67.189.176	5,3%	67.189.176	5,3%
Ações em Tesouraria	560.228	0,0%	560.228	0,0%
Outros	556.899.286	44,0%	556.899.286	44,0%
Total	1.266.038.219	100,00%	1.266.038.219	100,00%

*O Capital Social da ENEVA é composto apenas por ações ordinárias.



Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Em observância às disposições constantes no inciso VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Trimestrais (Controladora e Consolidado) do terceiro trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021.

Diretores:

Pedro Zinner

Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no inciso V do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório de revisão dos Auditores Independentes, datado em 4 de novembro de 2021, relativo às Informações Trimestrais (Controladora e Consolidado) do terceiro trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021.

Diretores:

Pedro Zinner
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ENEVA S.A.
CNPJ/MF nº 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2021**

1. DATA, HORA E LOCAL: Ao 1º dia de novembro de 2021, às 09h30, na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 4º e 6º andares, CEP 22250-040, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: A reunião foi convocada nos termos do Estatuto Social da ENEVA S.A. ("Companhia") e da legislação aplicável e contou com a participação dos seguintes membros: Ricardo Baldin, Edson Teixeira, Sidnei Sanches, Fernando Campos, todos na forma do art. 14, parágrafo 3º. Como convidados, Julia del Blanco e Murilo Luz, Especialistas da área de Governança, Compliance e Controles Internos; Marcelo Habibe, Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores; Paula Alves, Gerente Geral Controladoria; Bruno Campelo, Gerente de Contabilidade; Renato Cintra, Diretor Serviços Corporativos; Alexandre Villeroy, Gerente Geral de TI; Rodrigo Ferreira, Ger Arquitetura e Seg. Informação, Luis Claudio, Sócio da KPMG, Glauco Gonzalez; Gerente da Auditoria Interna, Thiago Freitas, Diretor Jurídico de Governança, Compliance e Controles Internos e Juliana Kac, Gerente de Governança, Compliance e Controles Internos.

3. MESA: O Sr. Ricardo Baldin assumiu a presidência da mesa e designou o Sr. Thiago Freitas para atuar como Secretário.

4. ORDEM DO DIA: Análise e recomendação acerca das Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 3º trimestre de 2021, findo em 30 de setembro de 2021.

5. DELIBERAÇÕES: Após a discussão sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, os membros do Comitê de Auditoria deliberaram emitir o seguinte parecer: "O Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A., tomou conhecimento e analisou as Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 3º trimestre de 2021, findo em 30 de setembro de 2021, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos representantes da KPMG Auditores Independentes, recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 3º trimestre de 2021, findo em 30 de setembro de 2021".

- A presente é um extrato da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A., realizada em 01 de novembro de 2021, às 09:30h -

Thiago Freitas
Secretário